

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL – HABILITAÇÃO JORNALISMO

MATHEUS BERTOLDO BAZEGGIO DA ROCHA

O JORNALISMO E A PAUTA LGBT:

Uma análise do *iGay*

PORTO ALEGRE

2015

MATHEUS BERTOLDO BAZEGGIO DA ROCHA

O JORNALISMO E A PAUTA LGBT:

Uma análise do *iGay*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia Benetti Machado

Coorientadora: Ms. Pâmela Caroline Stocker

PORTO ALEGRE

2015

MATHEUS BERTOLDO BAZEGGIO DA ROCHA
O JORNALISMO E A PAUTA LGBT: Uma análise do *iGay*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Benetti Machado
Orientadora

Ms. Pâmela Caroline Stocker
Coorientadora

Dr^ª. Márcia Veiga da Silva
Examinadora

Ms. Luciano Alfonso
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vivian e Aurélio, e à minha irmã, Andreza, por sempre me incentivarem e me darem a liberdade necessária para que eu pudesse crescer e amadurecer da maneira que me sentisse mais confortável. Obrigado pela compreensão, apoio e amor. As minhas sobrinhas, Laís e Isadora, que mesmo tão novas se mostraram essenciais no meu processo de monografia, em especial nos momentos de descanso, quando sempre pude observar e dividir novas descobertas sobre o mundo.

Aos colegas e amigos responsáveis pela organização das duas Semanas de Diversidade Sexual e de Gênero da FABICO, em especial Jéssica, Gabrielle, Nicolas, Yamini e Júlia. O contato que tive a partir de todas as palestras realizadas foram o que me trouxeram para essas discussões e é, em parte, o que possibilitou que esta monografia fosse realizada. Obrigado pela preocupação de realizar eventos assim, sempre de forma independente.

Aos amigos e amigas que contribuíram das mais diversas formas para a realização deste trabalho. Obrigado pela troca de experiências, pelas discussões acerca da minha pesquisa, pelo constante aprendizado e por todos os momentos de descontração proporcionados. Um agradecimento especial à Ana Giollo, Augusto, Thais, Janyce, Thiago, Monique, Luana, Martina, Ana Chapon, Paulo, Isadora e Bárbara, por acompanharem de perto todo o processo.

Faço um agradecimento especial também a todos os colegas da FM Cultura, pelo convívio diário, a constante troca de experiências e a preocupação de fazer um jornalismo público de qualidade e representatividade.

Por fim, agradeço a minha orientadora, Marcia, e coorientadora, Pâmela, por acreditarem no meu projeto e me ajudarem a colocar ele em prática. O semestre foi muito importante para meu crescimento acadêmico e pessoal, e isso só foi possível com a assistência de vocês. Obrigado pela paciência e disponibilidade para pensar, repensar e estruturar esta monografia, sempre com sensibilidade e parceria.

RESUMO

Este trabalho analisa as pautas e as representações de identidades sexuais e de gênero no conteúdo jornalístico do iGay, seção voltada para o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) do portal brasileiro IG. Ampara-se nas teorias construcionistas e nos estudos culturais para falar sobre o papel social do jornalismo na construção da realidade e na manutenção destas identidades a partir da representação. Discute também questões de gênero a partir da perspectiva dos estudos feministas pós-estruturalistas e da teoria *queer*. Através da Análise de Conteúdo, foram mapeadas 123 publicações da seção "Notícias" do iGay num período de três meses, buscando identificar os principais focos temáticos na escolha de pautas e a visibilidade dada às diferentes categorias identitárias presentes no movimento LGBT. Com base nos resultados encontrados, conclui-se que o iGay, por mais que proponha alguns espaços para a difusão da diversidade, dá visibilidade predominantemente às representações homossexuais (76%), sendo destas 56% masculinas, além de apresentar teor de entretenimento em mais da metade de suas publicações.

Palavras-chave: jornalismo online; imprensa LGBT; gênero; sexualidade; representação.

ABSTRACT

This work analyses the sexual and gender identity agendas and representation on the iGay journalism content for the LGBT public (lesbians, gays, bisexuals and transgender) of the Brazilian web portal IG. It relies on constructionists theories and on cultural studies to discuss the role of journalism on the construction of reality and on the maintenance of these identities by representation. It also discusses gender issues from the perspective of the post-structural feminist studies and queer theory. Content Analysis was used for analyzing 123 posts from the “News” section, collected in a three months period, trying to identify the main themes and the visibility given to different identity categories of the LGBT Community. Based on the results, it can be concluded that while iGay has some space for diversity, it gives more attention to homosexual representations (76%), of which 56% are male, and it shows only entertainment content in more than half of its posts.

Keywords: digital journalism; LGBT news media; gender; sexuality; representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo do quadro de coleta de postagens	52
Figura 2 - Entretenimento – dezembro de 2014	61
Figura 3 - Entretenimento – janeiro de 2015	63
Figura 4 - Entretenimento – fevereiro de 2015	64
Figura 5 - Combate ao preconceito – dezembro de 2014.....	65
Figura 6 - Combate ao preconceito – janeiro de 2015	69
Figura 7 - Combate ao preconceito – fevereiro de 2015	70
Figura 8 - Cunho pedagógico – dezembro de 2014.....	73
Figura 9 - Cunho pedagógico – janeiro de 2015	75
Figura 10 - Cunho pedagógico – fevereiro de 2015	77
Figura 11 - LGBTfobia – dezembro de 2014	80
Figura 12 - LGBTfobia – janeiro de 2015.....	81
Figura 13 - LGBTfobia – fevereiro de 2015	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Postagens do iGay – dezembro de 2014 e fevereiro de 2015	54
Gráfico 2 - Visibilidade LGBT.....	56
Gráfico 3 - Homossexualidades.....	57
Gráfico 4 - Entretenimento	60
Gráfico 5 - Combate ao preconceito.....	66
Gráfico 6 - Cunho pedagógico.....	72
Gráfico 7 - LGBTfobia	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entretenimento – dezembro de 2014	61
Quadro 2 - Entretenimento – janeiro de 2015	63
Quadro 3 - Entretenimento – fevereiro de 2015.....	64
Quadro 4 - Combate ao preconceito – dezembro de 2014	67
Quadro 5 - Combate ao preconceito – janeiro de 2015.....	69
Quadro 6 - Combate ao preconceito – fevereiro de 2015	70
Quadro 7 - Cunho pedagógico – dezembro de 2014.....	73
Quadro 8 - Cunho pedagógico – janeiro de 2015.....	75
Quadro 9 - Cunho pedagógico – fevereiro de 2015	77
Quadro 10 - LGBTfobia – dezembro de 2014	80
Quadro 11 - LGBTfobia – janeiro de 2015	81
Quadro 12 - LGBTfobia – fevereiro de 2015.....	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	JORNALISMO, IMPRENSA GAY E A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS	16
2.1	História da imprensa gay no Brasil	16
2.2	Webjornalismo e jornalismo gay na internet – o iGay	22
2.3	O papel social das notícias	26
2.3.1	<i>Identidades culturais e o consumo das notícias</i>	30
3	GÊNERO, DISCURSO E PODER	33
3.1	Gênero como categoria de análise	35
3.2	Identidade e diferença	38
3.2.1	<i>Heteronormatividade e os estudos queer</i>	41
3.2.2	<i>Sexo, gênero e representação</i>	45
4	ANÁLISE DO IGAY	51
4.1	Organização do material e procedimentos metodológicos	51
4.1.1	<i>Recorrências temáticas e visibilidades</i>	54
4.2	Análise das categorias	59
4.2.1	<i>Entretenimento</i>	60
4.2.2	<i>Combate ao preconceito</i>	65
4.2.3	<i>Cunho pedagógico</i>	71
4.2.4	<i>LGBTfobia</i>	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem apresentado uma extensa agenda de pautas LGBT¹, principalmente no campo político, o que acaba também se refletindo na produção jornalística. Temas como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homotransfobia², por exemplo, vieram à tona em meio a disputas, tensões e decisões políticas que suscitaram uma série de discussões envolvendo diversos segmentos da sociedade.

Em 2014, as eleições para a presidência da República foram palco para diversas discussões sobre a temática em nível nacional. A intolerância e atraso quanto às pautas LGBT puderam ser percebidas em declarações³ como a do candidato Levy Fidelix (PRTB). Em um debate transmitido nacionalmente pela Rede Record, o candidato afirmou que “aparelho excretor não reproduz” ao ser questionado pela candidata Luciana Genro (PSOL), defensora dos direitos LGBT, sobre a configuração de famílias de homossexuais. A polêmica fez com que os candidatos Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB), donos das maiores votações do primeiro turno, fossem pressionados a apresentar projetos e opiniões sobre a pauta.

Ao mesmo tempo em que assuntos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade se mostram cada vez mais presentes nas discussões sociais, com espaço para a representatividade e voz do movimento LGBT (ou de parte dele), por outro lado é possível notar um movimento conservador que tenta barrar estes avanços. Este fenômeno é explicado por Louro (2001). A autora explicita que, enquanto os movimentos sociais ligados às lutas contra o preconceito apresentam crescimento e propiciam um início de aceitação da pluralidade sexual e de gênero, os setores mais tradicionais da sociedade renovam suas pautas, com falas e campanhas que busquem uma retomada de valores tradicionais.

Exemplos da luta “pela família tradicional” não faltam. Recentemente, um comercial de televisão da marca de cosméticos O Boticário, referente ao Dia dos Namorados, retratou dois casais homossexuais (um casal masculino e outro feminino) que trocam presentes e se abraçam. Isso gerou bastante discussão na internet, com boicote à marca proposta por grupos

¹ Sigla utilizada para denominar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, definida como nomenclatura padrão para o movimento social durante a I Conferência Nacional GLBT, em 2008.

² IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-01-21/na-agenda-gay-dilma-prioriza-combate-a-violencia-e-freia-debate-sobre-casamento.html>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

³ R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/aparelho-excretor-nao-reproduz-diz-levy-fidelix-em-debate-assista-29092014>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

religiosos e até denúncia ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR)⁴.

Destaco, também, o número de mortes e a violência relacionada a gays, lésbicas, travestis e transexuais. De acordo com balanço divulgado pelo Grupo Gay da Bahia⁵, uma pessoa LGBT foi morta no Brasil a cada 28 horas em 2013, totalizando 312 assassinatos. Mesmo com o número em queda (338 mortes foram registradas em 2012), o Brasil segue sendo um dos países com maior índice desse tipo de crime.

Dado esse contexto, posso dizer que a presente pesquisa foi iniciada a partir de meu interesse pessoal, como aluno de jornalismo e gay, ao pensar na imprensa como um local onde as representações de pessoas LGBT são construídas e/ou reforçadas constantemente. Por acreditar no papel social exercido pelo jornalismo na fundamentação e documentação de valores sociais, é inquietação minha descobrir o que é, de fato, noticiado sobre esta comunidade da qual faço parte. Como esses assuntos são apresentados? Quais são os acontecimentos escolhidos pela imprensa para apresentar e narrar a luta LGBT? Quais parcelas do movimento são, de fato, contempladas com espaço na mídia?

Todas estas inquietações me levaram a pensar sobre a influência do jornalismo na dinâmica social e o quanto ela é constituída a partir das “escolhas” feitas pelo jornalista. Tanto em seus estágios mais iniciais – da definição do que pode ser considerado relevante para ser noticiado – quanto discussões mais avançadas na produção jornalística – após o assunto ser determinado como “importante”, é o jornalismo que define como o tema será tratado, qual será o viés utilizado na representação dessas questões, quais enquadramentos e recortes serão utilizados na delimitação dos acontecimentos.

A partir destes primeiros questionamentos quanto ao papel do jornalismo na divulgação de informações referentes à luta LGBT, pesquisei trabalhos relacionados ao tema no repositório digital da UFRGS. Utilizando as palavras-chave “jornalismo”, “imprensa” e “LGBT”, foram encontrados 18 resultados em Trabalhos Acadêmicos e Técnicos e 16 em Teses e Dissertações. Como o uso da sigla LGBT é bastante atual, realizei também uma pesquisa com as palavras-chave “jornalismo”, “imprensa e “GLS⁶”, tendo como resultado 20 Trabalhos Acadêmicos e Técnicos e 11 Teses e Dissertações. Chama atenção que a maioria

⁴ G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/06/comercial-de-o-boticario-com-casais-gays-gera-polemica-e-chega-ao-conar.html>> Acesso em: 4 de junho de 2015.

⁵ GGB. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/storage/webdisco/2014/02/14/outros/747486191270d149b81fdfe548b921d1.pdf>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

⁶ Sigla utilizada da para denominar o segmento de mercado voltado para gays, lésbicas e simpatizantes, criada pelo diretor-executivo do Grupo Mix Brasil, André Fischer, em 1994 (PÉRET, 2012).

dos resultados encontrados se refere a pesquisas realizadas nos últimos cinco anos, sendo que estas aparecem de forma crescente a cada ano que passa. Acredito que as discussões de gênero e sexualidade na produção jornalística – ainda relativamente novas no campo da comunicação – são de extrema importância no questionamento do jornalismo como reprodutor de discursos heteronormativos e opressores ou como espaço pedagógico para que o preconceito seja desconstruído, dando visibilidade às minorias.

Como *locus* de estudo da pesquisa, escolhi o iGay, seção do portal brasileiro IG. O IG é, segundo o levantamento feito pela comScore em fevereiro de 2014⁷, o oitavo site mais visitado no Brasil, com 30,1 milhões de internautas, sendo o quinto da categoria Portal de Notícias. Entre os cinco que figuram na lista (Globo, Yahoo, R7, Terra e iG), no entanto, o portal criado em 2000 é o único que apresenta uma seção que compila notícias, colunas e informações sobre diversidade sexual e de gênero. Com postagens frequentes desde 2013, o iGay oferece um canal de divulgação de informações consideradas, pelos seus editores, de interesse de um "público LGBT". De acordo com a Central do Anunciante do IG, o iGay apresenta cerca de quatro milhões de visitas/mês, sendo destas 627 mil visitantes únicos⁸. Diferente de portais voltados para este público, como o Mix Brasil, o iGay é apresentado como mais uma seção dentro de um portal "geral". Este recorte chamou minha atenção, tendo em vista a relação que os diferentes assuntos relacionados aos LGBTs teriam com as outras seções do portal.

Durante o processo de realização deste trabalho, assisti a uma palestra da ativista afrotransfeminista Maria Clara Araújo, do Recife, que me trouxe um novo interesse: dentro do próprio movimento LGBT, como as diferentes vivências se relacionam e como são hierarquizadas, seja pelo próprio movimento ou pela visibilidade dada pelo jornalismo de nicho, como é o caso do iGay? Os diversos marcadores de gênero, sexualidade, sociais, de raça, entre outros, resultam em diferentes vivências, que demandam diferentes representações. A produção jornalística, de acordo com Hall *et al.* (1999), obedece a noções e normas instituídas por pessoas privilegiadas, silenciando e tornando invisíveis os “desviantes”. Será que essa mesma lógica se repetiria, então, no jornalismo que se propõe a tratar das diferentes facetas da população LGBT?

A partir desse contexto, o problema da pesquisa consiste nos seguintes questionamentos: quais seriam os assuntos entendidos como de interesse dos gays, lésbicas,

⁷ UOL. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/pro/noticia/40352/40352>> Acesso em: 4 de abril de 2015.

⁸ IG. Disponível em: <<http://centraldoanunciante.ig.com.br/canais/igay/52447895e832edbf3c000002.html>> Acesso em: 10 de junho de 2015.

bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros? Como o IG, por meio do iGay, consegue dar conta dessa pluralidade de identidades, vivências, interesses e assuntos? Por existir esse direcionamento dentro do portal iG, essas questões são essenciais para se entender o processo de representação em um importante segmento do jornalismo brasileiro.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar as pautas e representações LGBT em circulação nas notícias da seção iGay, do IG, problematizando a pluralidade de identidades e sexualidades. Para isso, os **objetivos específicos** são: 1) observar e mapear as notícias apresentadas na seção, em um período de tempo estipulado de três meses; 2) classificar e analisar as publicações procurando refletir sobre suas temáticas e abordagens; 3) discutir sobre a visibilidade e formas de representações LGBT nestas notícias.

Para que os objetivos fossem alcançados, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são utilizadas como procedimentos, enquanto o método utilizado é a Análise de Conteúdo. O aprofundamento nas questões jornalísticas, a produção das notícias e o papel social desta produção é feito com base em autores como Miquel Alsina (2009), Nelson Traquina (2001), Stuart Hall (1997, 1999, 2011) e Carlos Eduardo Franciscato (2005). Já para a conceituação de gênero e sexualidade e o seu desenvolvimento na história da sociedade, bem como marcadores como a heteronormatividade e a constituição do movimento homossexual e LGBT, aciona-se autoras e autores como Guacira Lopes Louro (2001, 2003), Jeffrey Weeks (2010), Joan Scott (1995) e Ruth Sabat (2001, 2004). Para a análise do material, foram levados em conta a temática presente em cada uma das postagens coletadas e, posteriormente, o recorte de visibilidade presente nelas.

O trabalho foi estruturado em quatro partes. No capítulo que segue, é feito um apanhado histórico da chamada “imprensa gay” no Brasil, sua estruturação e principais produções, até o surgimento do iGay. Ainda no campo jornalístico, trago conceituações de notícia e acontecimento e abordo o papel social das notícias e sua contribuição para a construção e manutenção de identidades a partir de representações.

Seguindo a discussão sobre representação e identidades, no terceiro capítulo são abordados e relacionados termos como gênero, sexo, sexualidade, heteronormatividade e diferença, utilizando-se de gênero como uma categoria analítica para que se possa entender a hierarquização entre o masculino e o feminino existente na sociedade. As primeiras conceituações do movimento homossexual são trazidas a tona também, bem como seu desenvolvimento e transformação até o atual movimento LGBT.

A Análise de Conteúdo é empregada no quarto capítulo como uma forma de, a partir do objeto escolhido, entender como se dá a representação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Para isso, mapeadas as temáticas abordadas nas publicações e a presença ou a ausência de representatividade dessas diferentes vivências, com base no referencial teórico exposto nos capítulos 1 e 2.

Nas considerações finais, exponho os principais pontos analisados sobre as publicações e como o material jornalístico observado reflete as proposições teóricas utilizadas. Com o fechamento das análises, é feita uma reflexão sobre as vozes e representações existentes no iGay focando, principalmente, na hierarquização de pautas e vozes do movimento.

2 JORNALISMO, IMPRENSA GAY E A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS

A imprensa gay configura-se, ainda, como um acontecimento recente na sociedade brasileira. Segundo Flávia Péret (2012), sua prática e produção ainda estão em constante construção e atualização, com muitos desvios, caminhos interrompidos e buracos. A produção da imprensa homossexual enfrenta, desde seu início, uma série de problemas econômicos, pressões sociais e outras tantas perseguições. Ela se apresenta, no entanto, como uma forma de dar voz aos homossexuais, que aparecem aqui tanto como produtores quanto como consumidores dessa mídia. A imprensa gay realiza, no decorrer dos anos, uma série de reivindicações, sempre insubordinada aos modos tradicionais de exercer o jornalismo. Sua produção passa de temas mais banais – de cunho cultural e de lazer – para publicações mais sérias, voltadas para a militância e direitos humanos. Desde os primeiros periódicos até os sites mais atuais, as publicações da chamada “imprensa gay” buscam a liberdade de expressão das diferentes orientações sexuais e acabaram se mostrando uma forma de resistência e alternativa à mídia hegemônica.

2.1 História da imprensa gay no Brasil

Perét (2012) acredita que os periódicos nacionais refletem a ideologia sobre a homossexualidade de cada época, abordando temas importantes para o avanço da temática. Até o início da década de 1960, as publicações eram feitas a partir de dois enfoques principais: a satirização de figuras públicas e a divulgação de fatos policiais que envolvessem homossexuais e travestis. No jornalismo tradicional, a imagem do homossexual ainda era frequentemente ligada ao delito e à perversidade:

No início do século (XX), os cartunistas já desenhavam os homens efeminados sob forma cômica. [...] a imagem do gay na imprensa brasileira era apresentada sob uma fórmula de muito humor e sátira, voltadas para o aspecto efeminado dos homens mais velhos que buscavam parceiros para suas aventuras homoeróticas. (SANTOS, 2009, p.1).

A figura do escritor e jornalista carioca Paulo Barreto é emblemática para a representação dos homossexuais no Brasil. Com o pseudônimo João do Rio, seu trabalho apresenta a vida no Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX, com a presença explícita de elementos homoeróticos.

A produção de uma mídia feita por e para os homossexuais, segundo Perét (2012), se dá, principalmente, com a ocupação das metrópoles brasileiras pelos gays, que começam cada vez mais a aparecer e tomar bares, boates e bairros específicos de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. O surgimento de grupos culturais, como a Turma OK, na Lapa (Rio de Janeiro), propicia uma maior identificação e reconhecimento de seus semelhantes, ajudando-os a entender a realidade da época de outro modo.

Demandas políticas ainda não eram o foco principal das produções. Os grupos, criados nos guetos de algumas cidades brasileiras, buscavam, essencialmente, diversão por meio de conversas e a reunião de amigos. Pequenos jornais ou fanzines são criados de forma artesanal por estes grupos para, acima de tudo, divulgar suas ações e encontros. A imprensa gay começa a dar seus primeiros passos nesse contexto:

A imprensa gay no Brasil, assim como no mundo, surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis. (RODRIGUES, J., 2010, p.502).

Segundo Jorge Caê Rodrigues (2010), a imprensa gay, com suas temáticas libertárias, além de expor a situação social e política e selecionar temas e assuntos que representavam as ideias do grupo, também fortaleceu e guiou a construção de uma possível identidade gay brasileira. Os assuntos tratados e as escolhas editoriais possuíam, então, certa coerência ideológica, colaborando “para congregar um determinado grupo de pessoas que leem a mesma história e compartilham dos valores ali expressos e que, de alguma maneira se identificam com eles” (RODRIGUES, J., 2010, p.501).

A primeira publicação abertamente gay divulgada no Brasil surge a partir de encontros da Turma OK: *O Snob*. A minirevista, distribuída em pontos específicos do Rio de Janeiro, contava com ilustrações e anúncios, colunas de fofocas, matérias sobre moda e beleza, entrevistas e poesias. Logo, *O Snob* é reconhecido como o principal meio de expressão gay no Brasil, criando uma considerável rede de distribuição. Suas matérias contavam com uma carga de sarcasmo e ironia, dando visibilidade também às gírias existentes entre grupos homossexuais. Essa produção, no entanto, é voltada especialmente para jovens de classe média, tratando de assuntos como comportamento, moda e cultura.

Na época, boa parte dos jornalistas envolvidos em sua produção ainda utilizavam pseudônimos para expressar suas ideias. Segundo Péret (2012), o anonimato era recorrente nas publicações homossexuais da época, tendo em vista o preconceito e a falta de liberdade. Seu conteúdo refletia também a insubordinação em relação à sociedade heterossexual, traço

marcante de diversas outras publicações do gênero. Porém, *O Snob* apresenta, até 1966, noções de gênero bastante fixas:

Ao incorporar e reproduzir o estereótipo da relação macho/fêmea, no qual os “bofes” são os homens “de verdade” (machos/ativos) e as “mariconas” são os homossexuais efeminados (passivos), o jornal expõe a própria dificuldade de encontrar um vocabulário para lidar com o desejo homoerótico. [...] as formas de representação de identidade homossexual na imprensa estavam conectadas com as percepções de gênero que prevaleciam no período, bem diferente dos dias atuais. (PERÉT, 2012, p.25).

A inquietação política dos homossexuais começa a ser expressa na mídia brasileira com a publicação de *Os Felinos*, em 1967, de Hélio Gato Preto. Conhecido como Pantera Cor-de-Rosa na produção de *O Snob*, Hélio adquire seu novo pseudônimo para romper com a ideia estereotipada e efeminada presente na primeira publicação. Paralelamente, em 1968, *O Snob* passa a ser “uma publicação mais aberta a assuntos políticos e interessada nas teorias de gênero que vinham sendo elaboradas” (PERÉT, 2012, p.25). Ainda que sem apresentar uma carga de ativismo político, as duas publicações passam a defender a inclusão de homossexuais em espaços visíveis da sociedade, ganhando uma representação social mais efetiva. Diante de um cenário político tenso no Brasil devido ao Regime Militar e, especificamente, ao AI-5, *O Snob* fecha suas portas em 1969.

Outras produções criadas nos anos de 1960 pela Turma OK incluem o *Le Femme*, em 1968, o *Okeizinho*, considerado um boletim informativo do grupo. Anuar Farah, sócio da Turma OK, apresenta também, em 1966, o *Gente Gay*, marcado por um movimento mais politizado de gays e lésbicas no Brasil. Com distribuição em bancas de jornal, o *Gente Gay* busca chegar ao maior número de pessoas possíveis, apresentando também um caráter mais informativo. Fora do Rio de Janeiro, grupos gays de outras metrópoles brasileiras também se organizam na produção de periódicos. Os jornais *Entender* e *Mundo Gay* surgem em 1977, em São Paulo, apresentando roteiros de bares e festas frequentados por gays e lésbicas da capital paulista. Em Salvador, alguns jornais são produzidos artesanalmente, como o *Little Darling* e o *Fatos e Fofocas*.

A existência da imprensa gay no Brasil neste período está ligada a uma rede de produção alternativa, com forte pressão e controle da ditadura militar. O principal objetivo dos periódicos produzidos na época era o de “denunciar violações de direitos humanos e criticar as ações políticas e econômicas dos militares” (PERÉT, 2012, p.34). Na imprensa gay, especificamente, outros pontos da sociedade são criticados, tais como a Igreja e os ideias de costumes e moralismo, tendo como meta “estabelecer um debate sobre o prazer sexual e a

liberdade sexual, como forma de luta pelo fim da discriminação e pela visibilidade social dos homossexuais” (GONÇALVES, 2011, p.3). Algumas publicações do período, como *Beijo*, *Flor do Mal* e *Jornal Dobrabil*, mesmo que não fossem apresentadas como imprensa gay, começam também a refletir e buscar uma fala mais aberta sobre sexualidade.

Nessa época, o jornalista Celso Curi assume um papel importante para a imprensa gay brasileira. Em 1976, ele inicia uma coluna diária para a edição paulistana do jornal *Última Hora*, intitulada *Coluna do Meio*.

A coluna incluía comentários sobre personalidades gays nacionais e internacionais e notícias de bares e clubes noturnos no Rio de Janeiro e em São Paulo. O jornal foi inundado por cartas de homossexuais que chegavam dos quatro cantos do Brasil, elogiando Celso por sua coragem em escrever a coluna. [...] Ela se tornou um canal aberto para milhares de gays espalhados por todo o país que desejavam fazer contato uns com os outros. (GREEN, 2000, p.420).

A *Coluna do Meio* marca “a primeira experiência, dentro da grande mídia, a abordar de maneira explícita temas de interesse da comunidade gay” (PÉRET, 2012, p.40). Mesmo com o sucesso da coluna, o jornal *Última Hora* foi também bastante criticado pelo espaço cedido. Sob pressão, Curi finaliza seu trabalho com a coluna três anos após seu início. Sua existência, porém, introduz este tipo de trabalho a outros jornais, como a coluna *Guei*, assinada por Glorinha Pereira no *Correio de Copacabana*, e *Tudo Entendido*, publicada por Antônio Moreno no jornal *Gazeta de Notícias*.

Uma das publicações mais importantes para a imprensa gay brasileira surge em 1978. O *Lampião da Esquina* “diferenciava-se da imprensa gay que o procedeu pelo enfoque político que dava ao tema da homossexualidade” (PÉRET, 2012, p.49). O nome, segundo Péret, trazia a ideia de levar luz à cabeça das pessoas, com novas concepções e comportamentos. As ideias de subversão e quebra de estereótipos estão presentes desde sua concepção gráfica.

Esta ideia de refinamento e delicadeza dos gays foi totalmente subvertida na apresentação visual do *Lampião*. Com manchas gráficas pesadas, poucos claros, uma diagramação dura e de pouca inventividade, o jornal tinha como preocupação maior seu discurso verbal. Diferentemente das primeiras publicações americanas, que valorizaram o papel do design gráfico nos periódicos, no projeto gráfico do jornal *Lampião* a transgressão não foi priorizada, apesar de contar com um artista plástico entre seus editores. O miolo do jornal não surpreende os leitores. É como se a severidade da forma respaldasse a seriedade do conteúdo. (RODRIGUES, J., 2010, p.503).

Foram publicadas 36 edições em três anos de produção. Diversas entrevistas importantes com personalidades como Clodovil, Ney Matogrosso e Lula apareceram em suas

páginas. O *Lampião* apresentava, além de demandas e temáticas voltadas para homens gays, polêmicas envolvendo outras minorias, como a questão do feminismo e a temática racial. Mesmo com o teor político mais forte do que o de outras publicações, o jornal ainda contava com uma seção de fofocas. Termos que não podiam ser usados na mídia tradicional ganham espaço nas páginas do *Lampião*, reforçando a identidade de seus idealizadores e leitores. O discurso do *Lampião* incluía “o orgulho em assumir identidades homossexuais, buscando o lugar do gay dentro do panorama político do Brasil” (RODRIGUES, J., 2010, p.4).

Na década de 1970, mulheres começam a se organizar em uma produção jornalística própria, questionando a falta de representatividade de questões como machismo, feminismo e lesbianismo, tanto na imprensa tradicional, fortemente censurada pela ditadura militar, quanto na própria imprensa alternativa, dominada e feita para homens. Os jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*, são lançados em 1975 e 1976, respectivamente. Eles buscam, segundo Péret (2012), uma revolução social, e não mudanças de costumes. Isso leva a uma divisão entre feministas e lésbicas. Com o distanciamento do feminismo da época, são criados grupos voltados exclusivamente para a questão lésbica, buscando espaços próprios para que se pudessem discutir assuntos importantes para suas representações.

A falta de representatividade lésbica estava presente em boa parte dos periódicos ditos homossexuais da época. O *Lampião da Esquina*, “embora tentasse abarcar em suas páginas a homossexualidade de modo geral, era feito exclusivamente por homens” (PÉRET, 2012, p.75). A partir da criação do Grupo Lésbico Feminista, o primeiro jornal lésbico do Brasil é lançado em 1981: o *Chana com Chana*. O periódico era produzido de forma artesanal e distribuído em reuniões, congressos e bares, sendo publicado até 1987. Estas publicações ganham mais força em algumas capitais durante a década de 1980, após o surgimento do *Chana com Chana*. Entre as produções, Perét (2012) destaca o fanzine *Um Outro Olhar*, lançada em 1988 pela ONG de mesmo nome, transformada em revista em 1995; o *Boletim Iamaricumas*; o *Boletim Amazonas*; o jornal *Xereca* e o *Boletim Ponto G*.

Os primeiros casos diagnosticados de AIDS⁹ pelo mundo acabam, de certa forma, desarticulando uma série de grupos e movimentos em defesa dos homossexuais. Os gays passam a ser pauta em grandes publicações por todo o Brasil, carregando o caráter negativo da doença. Trevisan (2000) aponta alguns casos emblemáticos, entre eles a sugestão de extermínio de homossexuais, proposta pelo jornal *A Tarde*, na Bahia, como forma de acabar com a AIDS. “No Brasil inteiro, em cidades onde apareciam confirmações da doença,

⁹ Síndrome da imunodeficiência adquirida.

indivíduos eram discriminados e hostilizados publicamente” (PÉRET, 2012, p.65). No decorrer dos anos de 1980, grupos espalhados pelo Brasil voltam a se articular, agora lutando contra o HIV. Ao se falar de métodos de prevenção, a imagem dos homossexuais acaba ganhando, finalmente, destaque na mídia brasileira. Boletins sobre o tema são publicados por alguns desses grupos, como o feito pelo Grupo Gay da Bahia, em 1983. Outros informativos importantes do período são o *Pela Vidda* e o *Nós por Exemplo*, no Rio de Janeiro, *Voz Positiva*, em Recife.

De acordo com Rodrigues (2010), o *Nós Por Exemplo* representa a volta de um periódico feito especialmente para a comunidade gay, tratando sobre a AIDS de forma segura e sem preconceitos, sendo pioneiro por “enfrentar a AIDS, falando de sexo, doença e morte de uma forma cuidadosa e honesta” (RODRIGUES, J., 2010, p.504). Para Péret (2012), os anos de epidemia da AIDS representam uma lacuna na imprensa gay no Brasil. Poucas publicações mais significativas são apresentadas nos anos de 1980. Esse ressurgimento acontece, então, em 1990, com novos projetos e propostas editoriais. Novas formas de expressão e identidade são incorporadas aos grupos organizados por gays no Brasil.

Nesse contexto, em 1994, surge a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), criada por André Fischer, diretor-executivo do Grupo Mix Brasil. A inclusão de simpatizantes nesta primeira divisão, segundo Fischer, englobaria aqueles interessados na cultura gay no geral:

A imprensa, espelho fragmentado e imparcial da realidade, acompanhou o surgimento de um mercado especificamente gay: sites, revistas, agências de viagem, planos de saúde, cartões de crédito, casas noturnas e eventos culturais – um conjunto cada vez maior de produtos voltados para o público homossexual. (PÉRET, 2012, p.83).

A *Sui Generis* surge em 1995, no Rio de Janeiro, dando espaço tanto para este novo tipo de mercado quanto para movimentos sociais e ativistas. Muitos temas eram abordados, como cultura, militância e moda. Seria, então, “uma postura militante sem o ranço do ativismo dos anos 1970” (RODRIGUES, J., 2010, p.505). Segundo o autor, a revista procurava representar a expressão de uma identidade gay que pudesse refletir o comportamento da comunidade nos anos de 1990. Sua abordagem era, quase sempre, positiva. Suas matérias visavam também atrair leitores heterossexuais, os “simpatizantes”.

Com uma tiragem média de 30 mil exemplares, a *Suis Generis* foi editada até 2000. Devido a problemas financeiros, seus editores lançaram a *Homens*, revista erótica, em 1997.

Enquanto a primeira – *Sui Generis* – valorizava a identidade gay construída através de outros aspectos que não fossem vinculados ao sexo, a *Homens* trazia todo o apelo erótico predominante na imprensa homossexual do período, que manteve também

edições como as revistas *Lolitos*, *Duo* e *Porn*, que seguiam a mesma linha editorial da *Homens*. (RODRIGUES, J., 2010, p.5).

No mesmo ano, surge também a *G Magazine*¹⁰, inicialmente chamada de *Bananaloca*. Em suas páginas, o nu masculino de atores, músicos e personalidades brasileiras, e também assuntos como militância política e informações culturais, quase sempre presentes nas publicações gays produzidas no Brasil. A revista fez grande sucesso no país todo, chegando a alcançar tiragens de 110 mil exemplares¹¹. A Fractal, editora da *G Magazine*, produz, então, uma série de outras publicações: *Lolitos*, *Transex*, *Top Secret*, *Premium* e *Fotonovela Gay*.

De acordo com Péret (2012), o fim da *Sui Generis* e as diversas mudanças editoriais da *G Magazine* abrem um novo espaço no jornalismo gay brasileiro. Surgem duas novas revistas: a *Júnior*, do Grupo Mix Brasil, e a *DOM – De Outro Modo*, da editora Peixes. As duas novas publicações apostam em matérias de cultura e comportamento, com fotos eróticas, mas sem nudez completa, com propostas editoriais parecidas, voltadas para o mercado gerado pelos homossexuais. Enquanto a *Júnior* continua no mercado, a *DOM* deixou de ser publicada em agosto de 2009.

Um grande número de jornais, revistas, folhetos e derivados distribuídos no Brasil e focados no público gay desde os anos 1960, 1970 e 1980 sofreram com problemas financeiros. A mídia impressa se mostra como uma forma complicada de existência dessa mídia de nicho, já que depende de altos custos para impressão e distribuição. Cresce, então, o mercado de imprensa gay a partir de sites da internet.

2.2 Webjornalismo e jornalismo gay na internet – o iGay

A abertura comercial da Internet no Brasil faz com que, aos poucos, empresas de comunicação já estabelecidas em outros meios migrem para internet, buscando “oferecer aos internautas conteúdo e informação durante as 24 horas do dia, todos os dias” (PINHO, 2003, p.9). O jornalismo se apresenta na internet a partir de agências de notícias, versões on-line de jornais e sites e portais de notícias especializados. A internet facilita o desempenho de atividades jornalísticas, possibilitando uma comunicação mais rápida e ágil, apresentando novas formas de se chegar a fontes e acontecimentos a serem noticiados e oferecendo uma gama maior de material para consulta.

¹⁰ Editora Fractal. 176 edições, com circulação de outubro de 1997 a junho de 2013.

¹¹ FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u50966.shtml>> Acesso em: 31 de março de 2015.

Até o surgimento da World Wide Web, em 1991, os computadores eram usados por jornalistas como uma ferramenta para redação e edição de textos. Aos poucos, o ambiente on-line passa a ser usado também para facilitar o acesso a informações e bancos de dados. Este movimento faz com que as redações se adequem, aos poucos, à produção voltada para a web. Carla Rodrigues (2009) reforça a ideia de migração de outros tipos de mídia jornalística para a web, mas salienta, a partir de Deuze, que este trabalho pode ser exclusivo na internet, representando um quarto tipo de jornalismo.

[...] o webjornalismo tanto pode ser esse quarto tipo de jornalismo apresentado por Deuze como também uma segunda atuação profissional de um jornalista que atue em outra mídia, como jornal, rádio ou TV, já que a web modifica os processos de produção em todas as redações. (RODRIGUES, C., 2009, p.15).

A produção de conteúdo jornalístico na web é dividida por Mielniczuk (2003), a partir de sistematização de John Pavlik, em três¹² períodos distintos. Essas fases, segundo a autora, “não são estanques no tempo, e nem excludentes entre si” (MIELNICZUK, 2003, p.31). Assim, uma mesma publicação pode apresentar características de diferentes estágios, assim como a categorização é feita a partir de um conjunto de experiências, e não de forma individual. Essa divisão contribui para que sejam sistematizadas as principais características e peculiaridades do jornalismo on-line: *multimedialidade* ou *convergência*, a *interatividade*, a *hipertextualidade*, a *customização* do conteúdo ou *personalização*, a *memória* e a *instantaneidade* ou atualização (Palacios, 2003).

Como explica Rodrigues (2009), essas características são desenvolvidas a partir das possibilidades tecnológicas oferecidas pela web, não apontando para um determinismo tecnológico existente na prática do jornalismo on-line. Com base em Carlos Castilho (2005), a autora elenca as seis principais mudanças que essas possibilidades causam ao modo de se fazer jornalismo: as fontes para a busca de informações se expandem, fazendo com que o jornalista perca o controle sobre ela; os leitores ganham novas formas de vigilância do trabalho jornalístico; o conceito de direito autoral é explorado de novas maneiras; os próprios leitores começam a produzir conteúdo; a notícia passa a apresentar um processo contínuo de informação e atualização; a convergência midiática modifica funções do profissional de mídia.

¹² Esses períodos são divididos com base na formulação do material disponibilizado na rede, desde as primeiras aparições do jornalismo na internet, sendo apenas uma reprodução de jornais impressos, até a produção de conteúdo jornalístico específico para a web. (MIELNICZUK, 2003).

A expansão da internet faz com que ela comece a ser vista, segundo Pinho (2003), como uma forma adicional de comunicação com o público, já que a linguagem eletrônica se apresenta de formas diferentes da impressa, trazendo uma nova experiência ao leitor. Empresas de comunicação e grupos editoriais passam a investir no mundo virtual, “interessados no elevado potencial de futura geração de receitas pelo usuário da Internet, ávido fundamentalmente por conteúdo e informação” (PINHO, 2003, p.115). A plataforma on-line passa a ter a função de, segundo Rodrigues (2009), expandir as notícias, atualizando-as constantemente.

Com as possibilidades de produção aumentadas, o jornalismo especializado encontra na internet mais liberdade para seu trabalho, com “informação dirigida à cobertura de assuntos determinados e em função de certos públicos, dando à notícia um caráter específico” (BAHIA *apud* PINHO, 2003, p.119). Esses sites surgem, em sua maioria, a partir de BBS¹³, que conectava interessados em discutir um mesmo assunto. O primeiro site especializado de notícias do Brasil foi, de acordo com Pinho (2003), lançado em 1997, a partir de uma BBS de publicidade (www.bluebus.com.br), cobrindo acontecimentos do mundo da propaganda e do jornalismo, além de economia e política – tanto em nível mundial quanto nacional.

A customização de conteúdo e a facilidade de se acumular informações possibilita uma produção de materiais para audiências cada vez mais específicas, visto que os custos de produção e veiculação são mais baixos. A produção de material jornalístico especializado, voltado para grupos de pessoas, é cada vez mais encorajada, de acordo com João Canavilhas (2013). O autor aponta que, cada vez mais, a comunicação pessoal toma o lugar da comunicação de massas, com informações sendo distribuídas a partir de interesses e gostos delimitados.

Outra categoria que passa a ser recorrente na produção jornalística on-line é a de portais. Segundo Pinho (2003), a primeira conceituação de portal no âmbito da internet é feita em 1998, designando sites de busca que ofereciam também material noticioso, salas de bate-papo e serviços de e-mail. O UOL Brasil foi o primeiro portal a ser lançado no país, em abril de 1996. O conteúdo jornalístico dos portais atrai muito público na internet, com sites como Globo Yahoo, Terra, R7 e IG figurando no levantamento de páginas mais acessadas no Brasil, feito pela comScore em fevereiro de 2014 (ver nota 6).

¹³ “Um *bulletin board system* (BBS) é um sistema informático, um software, que permite a ligação (conexão) via telefone a um sistema através do seu computador e interagir com ele, tal como hoje se faz com a internet.” WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bulletin_board_system> Acesso em: 9 de abril de 2015.

A imprensa gay brasileira começa a entrar no ambiente on-line ainda nos anos de 1990. O Mix Brasil, criado em 1994, é apresentado por Perét (2012) como o primeiro portal gay da América Latina e começa seu trabalho em grupos de mídia gay antes de se estabelecer na internet.

O primeiro marco do aparecimento dessa mídia foi o lançamento dos BBSs, que eram sistemas de conexão via computador anteriores à Internet. Esses sistemas foram o ponto de partida para que as pessoas pudessem se conhecer e, mais tarde, criar uma comunidade. O BBS do Mix-Brasil surgiu em 1994 e chegou a ter mais de mil assinantes entre o Rio de Janeiro e São Paulo. [...] ele foi um instrumento alternativo para que essa comunidade começasse a se articular e a trocar informações. (FISCHER, 2004, p.138).

O grupo conta com uma equipe com diversos profissionais, entre jornalistas, fotógrafos e designers. Muitos desses sites trazem, junto do material jornalístico - como notícias, reportagens, crônicas e colunas de opinião - material erótico, seja em formato de foto, vídeo ou texto. O trabalho realizado pelo Mix Brasil, desde sua formação como grupo de discussão até site especializado de notícias, é importante para que, aos poucos, novos espaços sejam criados para a difusão de informações ao público homossexual. Entre esses espaços está o iGay.

O iGay é uma seção do portal de notícias iG. A área é voltada para o público LGBT, com notícias, reportagens e colunas que tratam do tema, contando com as seguintes subseções: *home*, que apresenta os principais destaques do iGay; *fotos*, que cria galerias com fotos relacionadas às matérias postadas; *notícias*, com uma relação de notícias organizadas pela hora da postagem; *seus direitos*, com um apanhado de perguntas frequentes sobre homofobia e *bullying*, apresentando leis e caminhos de denúncia; *Jean Wyllys*, que consiste na coluna do jornalista (ele também aparece na página de colunistas); *sexo*, que apresenta notícias e reportagens com temáticas ligadas à sexualidade; *transgênero*, com notícias sobre travestis, transexuais e transgêneros; e *colunistas*, agrupando quatro colunas com a temática LGBT.

As quatro colunas são: *Pajubá*, escrita pelos jornalistas Murilo Aguiar, Ana Ribeiro, Ricardo Donisete, Iran Giusti e André Giorgi, comentando fatos do mundo; *Mãe Pela Igualdade*, de autoria da militante Maju Giorgi, onde ela comenta casos e responde cartas para auxiliar em questões familiares; *Direitos iGuais*, escrita pelo advogado Dimitri Sales, com foco nos direitos humanos e às causas LGBT; e *Jean Wyllys*, escrita pelo jornalista, onde ele comenta acontecimentos políticos e midiáticos relacionados à temática.

André Fischer (2004) destaca também a importância de blogs para a difusão da imprensa gay no Brasil com a chegada da internet. A difusão desse material on-line abre novas portas para o público homossexual brasileiro, principalmente pela navegação na web, feita de forma bem mais privada do que a leitura de revistas impressas. O ambiente on-line possibilita maior divulgação de assuntos, maior aprofundamento e pluralidade de vozes e vivências.

2.3 O papel social das notícias

A prática jornalística é, usualmente, baseada nas notícias, desde sua apuração e produção, até sua divulgação. Miquel Alsina (2009) apresenta como uma das diversas definições possíveis para “notícia”, a ideia de Martínez Albertos, que a enxerga como um fato de interesse geral transmitido ao público, sendo algo verdadeiro, inédito ou atual. O autor explica, no entanto, que a veracidade da notícia é absolutamente questionável, já que o conceito não teria implícita a ideia de verdade. Utilizando-se da conceituação de Moles, sustenta que “a notícia é a narração de um acontecimento de uma parte da vida individual ou coletiva, de algo verdadeiro ou fingido, provado ou não” (MOLES *apud* ALSINA, 2009, p.296). Nessa conformação, o processo de redação das notícias é central para a prática do jornalismo e, conseqüentemente, para a produção de sentidos propiciada pelo fazer jornalístico, segundo Benetti (2010).

Hall *et al.* (1999, p. 224) caracteriza a notícia como “o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. A ideia de construção da notícia a partir de um acontecimento, e não de sua simples reflexão, é compartilhada e apresentada por diversos autores, como Alsina (2009), Franciscato (2005), Gomis (2004) e Traquina (2001). Essa construção é um aspecto importante para que seja possível entender o papel social e cultural da produção feita no jornalismo. Quem as faz, baseia-se em uma estrutura de valores-notícia que ordena e seleciona a posição de acontecimentos em categorias. Os acontecimentos são, geralmente, contextualizados e objetivados pelo jornalista, dando-lhes sentido dentro de um sistema cultural.

[...] cada sistema cultural vai concretizar quais são os fenômenos que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos. Sabe-se que toda forma de enxergar é uma forma de ocultar. Edward T. Hall (1978: 80) nos lembra que ‘a cultura é que decide em quem nós devemos prestar atenção e o que devemos

ignorar. Essa função de proteção oferece uma estrutura ao mundo e protege o sistema nervoso da sobrecarga de informação'. (ALSINA, 2009, p.115).

O processo de contextualização das notícias é apresentado por Hall *et al.* (1999) como um “processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (p.226). Os acontecimentos são interpretados, então, a partir de enquadramentos. As representações de notícias por esses enquadramentos, na grande mídia, acabam reforçando ideias pré-concebidas na sociedade, deixando-a em movimento, mas sem inovação, em “ordem”. O jornalista torna compreensível a realidade a partir disso, enquadrando casos para que a sociedade seja apreendida de forma “aceitável”. Ele tem o poder de, além de escolher quais acontecimentos são significativos para virar notícias, oferecer interpretações para esses acontecimentos. Nessa direção, Franciscato (2005) explica que o jornalismo possibilita ao leitor, através do enquadramento, uma compreensão inicial de aspectos elementares do acontecimento transformado em notícia, o que faz com que o fato adquira um sentido comum. Essa visão está ligada a vínculos culturais de cada sociedade.

Nesse contexto, Alsina (2009) afirma que os acontecimentos transformados em notícia acabam definindo a sociedade. A partir da escolha de quais fatos “merecem” ser transmitidos ao público, o jornalismo determina qual imagem será retratada da sociedade para si própria, reforçando e estabelecendo implicitamente quais parâmetros irão definir os futuros acontecimentos. “Todo fato social é um acontecimento em potencial para a mídia e toda a notícia é um acontecimento em potencial para a sociedade” (ALSINA, 2009, p.134). A mídia teria, segundo o autor, mais efeito na construção de uma visão de mundo do que na mudança de atitudes. Ao “transformar” um acontecimento em notícia, o jornalismo dá a ele existência pública, como aponta Traquina (2001). Assim, a divulgação passa a influenciar também na opinião pública.

[...] os atributos enfatizados pelo campo jornalístico podem influenciar diretamente a direção da opinião pública. Tanto a seleção das ocorrências e/ou das questões que constituirão a agenda, como a seleção dos enquadramentos para interpretar essas ocorrências e/ou questões são poderes importantes que o conceito de agendamento agora identifica depois de mais de vinte anos de vida intelectual. (TRAQUINA, 2001, p.43).

A influência do jornalismo na construção e legitimação de valores tidos como públicos e a interação entre os jornalistas e a sociedade são sustentados pelos ideais da teoria construcionista. Surgida na década de 1970, essa teoria faz, segundo Benetti (2010, p.110) uma “contraposição às visões filiadas ao paradigma positivista, segundo as quais o jornalismo

seria capaz de refletir a realidade tal como ela é”. No construcionismo, as notícias são uma construção subjetiva da realidade, feita a partir da visão e dos valores do jornalista em questão. De acordo com Traquina (2001), o construtivismo discorda da posição do jornalista como observador e passivo, defendendo que ele é de fato participante ativo na construção da realidade.

Valores como imparcialidade, equilíbrio e objetividade ainda estão, no entanto, fortemente enraizados no jornalismo, como aponta Hall *et al.* (1999). A distinção entre fato e opinião é estruturada de forma cuidadosa, fazendo com que as afirmações jornalísticas sejam baseadas em informações objetivas, procurando apoiar-se em créditos e fontes confiáveis. Essa busca acaba dando mais voz e poder a instituições de conhecimento, devido à busca pelo perito. Apresentados como “definidores primários”, são os peritos que dão o tom da questão, realizando uma primeira interpretação dos acontecimentos para o público. A utilização do enquadramento volta a aparecer, já que esta primeira leitura já indica quais questões serão apontadas como mais importantes e como as notícias “deverão ser lidas” pelas pessoas.

Os meios estão tecnicamente interessados em entrar em contato com as fontes oficiais e difusamente obrigados a dar atenção a elas. As fontes oficiais fornecem notícias esperadas e inesperadas, oferecem furos e facilitam conhecimentos amplos que fazem mais completo e seguro o trabalho dos jornalistas, ao explicar-lhes o que há por trás das notícias. (GOMIS, 2004, p.104).

Devido ao poder dessas instituições, o jornalista acaba por ter uma voz secundária, reproduzindo algumas definições. Isso faz com que as ideias dominantes de qualquer sociedade sejam as mesmas da classe dominante, pois são elas que acabam ditando e pautando o jornalismo. A partir da definição do jornalismo com base nos interesses de determinadas instituições, uma imagem particular da sociedade é construída, representando interesses de classes específicas como se fossem interesses gerais do público. Hall *et al.* (1999) acredita que, ao traduzir pensamentos dos definidores primários dentro das notícias, o jornalismo acaba por dar força a esses pensamentos, “naturalizando-os dentro do horizonte de compreensão dos vários públicos” (p.232).

A naturalização de conceitos e valores feita com a tradução de pensamentos das classes dominantes acaba por definir traços da nossa cultura. Os conceitos antecipados pelo jornalismo “governam profundamente todo o resto de nossa percepção” (GOMIS, 2004, p.112). A criação dessa realidade opera de modo que a audiência

[...] capta essas imagens surpreendentes e as aproveita para ilustrar seus preconceitos, ou favorecer seus interesses, ao longo da conversação com o que socialmente assimila os fatos e se orienta para a previsão de um futuro próximo.

Esse é fundamentalmente o processo de produção, uso e consumo de notícias. (GOMIS, 2004, p.113).

Com a construção das notícias a partir de interesses definidos, a atividade jornalística constitui, segundo Franciscato (2005), modos já padronizados para que os eventos sejam assimilados, conduzindo o olhar do público para aspectos específicos e selecionados. O jornalismo, como instituição social, cumpre o papel de produzir “uma reconstrução discursiva do mundo” (FRANCISCATO, 2005, p.167), depois de conquistada uma legitimidade social para tal. Com o conceito de “seletividade”, apresentado por Hall *et al.* (1999), o jornalismo adquire um papel mais independente frente aos definidores primários, pois pode impor seus próprios critérios de seleção sobre os conceitos e ideias ensinados pelas instituições de poder. Esse papel de seletividade não é universal, variando de acordo com o veículo. As notícias são produzidas por esses diferentes veículos, cada um com seu próprio enquadramento e “personalidade social”, utilizando de modos de discursos e linguagem particular.

A mídia, por possuir “um quase monopólio do ‘conhecimento social’” (HALL *et al.*, 1999, p.234), desempenha um papel de mediação na formação da opinião pública. A linguagem presente em editoriais e outros textos de opinião do jornalismo podem assumir o tom de que o jornalista poderia “falar pelo público”, proclamando os pontos de vista considerados como os mesmos de sua audiência. Essa voz, entretanto, não é totalmente independente, tendo em vista que as grandes publicações existentes estão sujeitas a preocupações financeiras, interesses de anunciantes, assinantes, entre outros. Ao “falar pelo público”, o jornalista acaba exercendo um papel de “fazer campanha”, buscando moldar e estruturar a opinião pública. Da mesma forma que imagens e concepções são construídas a partir da *divulgação* de certos acontecimentos em notícias, o *silenciamento* de alguns aspectos também contribui para a difusão de valores. Alsina (2009) aponta que “quando o acontecimento fica simplesmente excluído [...] seu silêncio seria muito mais significativo do que a própria publicação” (p.135).

O silenciamento de assuntos, culturas e identidades no jornalismo esteve presente durante toda a criação da imprensa voltada para o público LGBT, tanto no Brasil como no mundo. Por ser um assunto que altera e questiona diversos pontos dos valores e concepções criadas até então pelas classes dominantes, a agenda LGBT não encontra seu espaço na mídia tradicional do início do século XX. A ausência de tais temas faz com que a representação dessas identidades seja enfraquecida. Os acontecimentos que envolvem gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou qualquer outra identificação que fuja do padrão criado até

então, acabam sendo omitidos ou, quando presentes, tratados de forma inferior ou até mesmo ridicularizados.

Exemplo disso pode ser encontrado no livro *O estudo do jornalismo no século XX*, de Traquina (2001), que aborda a problemática da AIDS e sua repercussão em veículos jornalísticos. O autor apresenta a diferenciação no tratamento dado à doença desde seu descobrimento e primeiros desdobramentos até a epidemia mundial causada na década de 1980. Segundo estudos apresentados pelo autor, feitos por Kinsella, Rogers, Dearing e Chang sobre a cobertura norte-americana da AIDS, a doença só tomou proporções maiores no campo do jornalismo quando uma criança foi diagnosticada com os sintomas ligados a ela. Anteriormente, a mídia dava pouca atenção à epidemia, classificando-a como uma “estória” gay. Já Peter Beharrell, ao analisar a cobertura britânica da problemática AIDS, aponta para a representação da doença como uma “praga gay”, sendo privilegiada uma estigmatização da homossexualidade acima de outras questões.

Dados como os desses estudos apresentados por Traquina (2001) reforçam a ideia do jornalismo como um construtor de sentidos sobre a realidade, como aponta Benetti (2010). Os acontecimentos envolvendo a AIDS, como vimos no exemplo relatado anteriormente, só passam a ter a relevância necessária para serem difundidos amplamente a partir da produção de notícias quando adentram o campo da normatização, pondo em risco parcelas dominantes da sociedade, e não apenas a população LGBT, marginalizada e estigmatizada. O tratamento dado e a representação feita pelo jornalismo a certos aspectos acabam influenciando diretamente na construção e manutenção de identidades culturais presentes na nossa sociedade, a partir da difusão e consumo das notícias.

2.3.1 *Identidades culturais e o consumo da notícia*

Ao tratar das questões de identidades na pós-modernidade, Hall (2011) acredita que as identidades modernas encontram-se deslocadas. Identidades culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade estão sendo fragmentadas, distanciando-se de um passado com localizações sólidas. Essas mudanças fazem com que nossas identidades pessoais sejam modificadas, questionando ideias de integração. O autor distingue três concepções de sujeito no passar do tempo: o *sujeito do iluminismo*, baseado em uma ideia de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e ação, com o “centro” constituído em um núcleo interior, existente a partir

de seu nascimento e que se desenvolve, mas permanece essencialmente o mesmo; o *sujeito sociológico*, que reflete uma crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior não é formado de forma individual, mas a partir da relação com “outras pessoas importantes para ele”, mostrando que a identidade é formada a partir de uma interação entre o “eu” e a sociedade; e o *sujeito pós-moderno*, produzido a partir de um processo em que a identidade não é fixa ou permanente, tornando-se uma “celebração móvel”, transformada a partir de relações que o indivíduo tem com as formas pelas quais é representado ou interpelado nos sistemas culturais a nossa volta.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2011, p.13).

Essas identidades, como dito anteriormente, são fortemente construídas (sendo reforçadas ou silenciadas) socialmente através da representação feita pelo jornalismo nas notícias. Ao falar sobre as funções básicas da mídia, Alsina (2009) afirma que ela fornece discursos a partir dos quais grupos ou classes constroem imagens de suas vidas, significados, práticas e valores, tanto próprios quanto de outros grupos. O fornecimento seletivo de informações e acontecimentos a partir das notícias contribui para moldar a forma pela qual tais identidades são percebidas. Os acontecimentos são localizados e classificados pela mídia de acordo com um mapa de realidade social, determinando quais são as realidades aceitáveis para a sociedade e quais não são.

De acordo com Hall (2011), a industrialização faz com que uma concepção mais social do sujeito passe a ser aceita. Desenvolve-se a ideia de que indivíduos são formados subjetivamente, a partir de sua participação em relações sociais. Assim, os processos e estruturas culturais são sustentados pelos papéis desempenhados pelos indivíduos. O autor apresenta as ideias de “internalização” do exterior, onde o sujeito acaba modificando sua identidade a partir de ações sociais, e “externalização” do interior, onde o sujeito ajuda a construir uma identidade social a partir de sua ideia de individualidade. Sendo assim, as identidades presentes na sociedade estão em constante atualização.

[...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 2011, p.39, grifos do autor).

Ao se ativar essa identidade social, ativa-se também uma gama de significados já embutidos em sistemas culturais. O uso de certas palavras e o modo de significação adotado pelas notícias são importantes para sustentar e reafirmar papéis criados socialmente. Importa lembrar que nem mesmo os pensamentos mais íntimos são inteiramente de cada indivíduo, já que fazem uso de alguma linguagem que existe anteriormente para concebê-los.

Alsina (2009) afirma que a mídia constrói, em grande parte, a realidade social, mas não de forma unilateral. As notícias ajudam na construção da sociedade a partir da descrição de um fato considerado relevante, lhe definindo como tal e aplicando uma forma necessária. O autor afirma que o jornalista deve conseguir a atenção do público apresentando pautas e assuntos que estejam em sintonia com o que outras pessoas considerem interessantes e importantes. Ele afirma que “o profissionalismo jornalístico se caracteriza, acima de tudo, pelo papel social da competência comunicativa que lhe é atribuída” (ALSINA, 2009, p.212).

A ideologia burguesa apresenta o jornalista como alguém imparcial e independente, só que, na realidade, ele participa do rumo da sociedade. A teoria marxista, no entanto, mostra o papel político e partidário do jornalista. Assim, ele não se limita a refletir a realidade, mas age nela, contribuindo a direcioná-la para um ou outro objetivo, seja por ação ou por omissão, falando ou calando, consciente ou inconscientemente. No contexto de uma sociedade em que se desenvolve a luta de classes, os jornalistas não tem outra alternativa a não ser a de tomar partido. A imprensa burguesa esconde sob o rótulo de “imparcial” ou de “independente” sua posição política. (ALSINA, 2009, p.221).

Nessa conformação, Hall (2011) afirma que a globalização, além de fortalecer identidades locais, incentiva na criação de novas identidades. Esse campo é alargado com a proliferação de novas posições de identidade, além do aumento na polarização entre elas. O alargamento pode estar ligado à maior visibilidade de algumas dessas identidades, possibilitado pela expansão do jornalismo, principalmente on-line, e o crescimento do jornalismo especializado e/ou independente. A representação tem um envolvimento direto com a criação de identidades, e “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2011, p.71).

Com acontecimentos cada vez mais diversos entrando em pauta nos diferentes veículos existentes, as notícias acabam tendo um papel importante na construção e desconstrução de pensamentos envolvendo o “diferente”. A produção jornalística fragmenta as ideias de identidades fixas presentes na sociedade dentro dos próprios grupos considerados de nicho, dando margem para novas formas de representação e, conseqüentemente, de identidade.

3 GÊNERO, DISCURSO E PODER

Homem e mulher são geralmente concebidos como polos opostos, a partir de um caráter permanente de oposições binárias entre o feminino e o masculino. Essa interpretação baseada em binarismos, segundo Swain (2001, p.89), está presente em todos os setores da vida, como na divisão entre “o bem e o mal, o bom e o mau, o real e o imaginário, o puro e o impuro, o claro e o obscuro, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o espírito e a matéria, a vida e a morte”. A dicotomia apresentada prevê, também, a superioridade do primeiro elemento, sendo o segundo uma derivação dele. Essa lógica é problemática para a perspectiva feminista, pois “ela nos ‘amarra’ numa posição que é, aparentemente, conseqüente e inexorável. Uma lógica que parece apontar para um lugar ‘natural’ e fixo para cada gênero” (LOURO, 2003, p.32). A desconstrução dessa ideia resultaria na aceitação de porções femininas no polo masculino e de porções masculinas no polo feminino. Além disso, acarretaria também na fragmentação interna dessas construções, já que não existem modelos únicos de ser “homem” ou “mulher”, e sim diferentes pessoas que não são idênticas entre si.

As relações de poder na sociedade, presentes na construção dos papéis sociais e de gênero, estão ligadas às formas de silenciamento e opressão das mulheres. O que se vê, por vezes, é a culpabilização das próprias mulheres por sua condição social hierarquicamente subordinada. O movimento feminista pós-estruturalista ressalta que o problema não pode ser descrito apenas como “homens dominantes contra mulheres dominadas”. Eles mostram que esse pensamento linear e polarizado não dá conta da complexidade social. O poder não é uma entidade estável garantida por um polo, e sim uma rede de relações, sempre em atividade. Ele é exercido pelos sujeitos e tem efeitos sobre suas ações. Aqueles que não se enquadram na “masculinidade hegemônica”, no entanto, sofrem manobras de poder, sendo construídos sempre como o outro, o subordinado. Ainda que não sejam anulados, seus lugares são instituídos socialmente por meio de disposições e práticas acionadas historicamente. Pode-se citar como exemplo o incentivo ao casamento e à procriação, fortemente estimulados apenas no polo feminino.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 2003, p.41).

As identidades de gênero são voláteis e construídas com o convívio de cada um na sociedade, ou seja, os sujeitos se constroem como masculinos e femininos. Essas construções são transitórias e apoiadas, também, pela linguagem. O discurso, formado a partir de normas sociais, acaba por ser “subordinado aos enquadramentos sociais e culturais” (BENETTI, 2010, p.108).

Nessa direção, Louro (2003) aponta que a linguagem usada no cotidiano não serve apenas para transmitir e expressar relações de poder, mas também ajuda em sua produção e instituição. O masculino é constituído “como condição primeira, que subordina o feminino em relação hierárquica” (FRAGA *apud* SILVA, M., 2014, p.88). Exemplo disso são as diversas profissionais que se referem naturalmente a si mesmas no masculino (“o” pesquisador, por exemplo). Essas questões – da mesma forma que a instituição do uso do plural para os dois sexos ser no masculino, mesmo quando a maioria presente são mulheres – mostram como a linguagem contribui na construção dessas relações. “Homem”, como outro exemplo, além de designar o “gênero masculino”, é usado também para representar a “raça humana”:

Pela linguagem, as mulheres aprendem a se sentir incluídas em discursos construídos a partir do masculino (e que podem incluí-las de fato ou não), o que não é verdade no que diz respeito aos homens. Na ciência, ocorre a mesma coisa: o conhecimento é construído a partir do poder, que está associado ao masculino, construído como universal. (AGUIAR, 2011, p.32-33).

Além disso, pode haver também desigualdade dentro dos próprios polos masculino e feminino. Louro (2003) apresenta como exemplo a diferenciação existente para além do gênero, visibilizada a partir da voz de mulheres negras e mulheres lésbicas. A atribuição dessas diferenças está também ligada a relações de poder, já que essa relação é sempre nomeada com base em um determinado ponto de referência, de norma.

As diferentes divisões sociais provocam distintas lutas em nossa sociedade. Partir de uma única base para pautar lutas de modo permanente, portanto, faz com que outras disputas significativas sejam subordinadas e colocadas de lado. Uma pessoa pode – ao mesmo tempo em que viva situações de subordinação – ter papel de dominação. A luta de gays tendo em vista apenas homens brancos de classe média e que se encaixam em um padrão de beleza, por exemplo, exclui aqueles que estão fora dele, seja por questões raciais ou sociais. O primeiro grupo, por mais que seja oprimido por ser gay, passa também a ser opressor de outras minorias. Não é possível, no entanto, “somar” essas minorias, já que elas se combinam e afetam os indivíduos de formas individuais. Tais marcadores "não podem ser tratadas como

'variáveis independentes', porque a opressão de cada uma está inscrita no interior da outra — é constituída pela outra e constituinte da outra" (BRAH *apud* LOURO, 2003, p.54).

Dito isso, importa dar atenção à sistematização e diferenciação propostas por Grossi (1998) a alguns termos recorrentes nas construções e discussões acerca das relações entre a sociedade e os papéis de gênero e sexualidade:

[...] sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos. (GROSSI, 1998, p. 12).

Em consonância com estas afirmações, Louro (2003) relembra que o conceito de gênero é, geralmente, vinculado de forma errada à sexualidade. Enquanto o gênero diz respeito à condição sexual pela qual o indivíduo se identifica como homem ou mulher, a sexualidade fala sobre a forma cultural que desejos e prazeres corporais são vivenciados.

3.1 Gênero como categoria de análise

O conceito de “gênero”, segundo Guacira Lopes Louro (2003), é criado na década de 1960 pelas feministas anglo-saxãs como uma distinção do, até então usado, “sexo”. O termo surge como uma rejeição ao determinismo biológico, implícito nas formas de tratamento e nos espaços dados às mulheres. Esta definição busca apontar o caráter social presente na distinção baseada no sexo.

Scott (1995, p.72) afirma que seu uso é importante “como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”. Para Louro (2003, p.20-21), “não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas [...] que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino”. Este conceituação é compartilhada com Sabat, que afirma que:

Como categoria de análise na perspectiva pós-estruturalista, gênero surge como um conceito para se referir a masculinos e femininos de forma diferente do que se compreendia como sexo. Aqui é enfatizado o aspecto relacional entre mulheres e homens, rejeitando o sentido de determinismo biológico e passando a envolver valores construídos socialmente que não dizem respeito unicamente às mulheres, mas a femininos e masculinos. (SABAT, 2001, p.15).

A biologia não é negada pelo viés do pensamento apresentado por Louro (2003), porém, o peso das construções sociais na diferenciação entre homens e mulheres ganha

relevância. As desigualdades estariam presentes na história e nos arranjos sociais, e não só na biologia, que também passa por um processo de reconhecimento social. Indo contra a corrente essencialista sobre gênero, dirige-se a ótica para os seus processos e construções, e não a sua existência já completada. As concepções na representação de homens e mulheres diferem tanto em períodos históricos ou localidades quanto na pluralidade de representações dentro de uma mesma sociedade, levando-se em conta os diferentes grupos, marcados por diferenças raciais, religiosas, de classe, entre outros.

Scott (1995, p.86) conceitua gênero a partir de duas proposições centrais, onde “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. O gênero implicaria, assim, quatro elementos relacionados entre si:

[...] em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) [...] Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas [...] O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. (SCOTT, 1995, p.86-87).

Nessa mesma direção, ao falar sobre os estudos de gênero, Weeks (2010) apresenta uma evolução dos conceitos de corpo e gênero até o século XX, com base nos estudos de Laqueur, sugerindo modificações nos modos de percepção da relação entre o masculino e o feminino. Até o século XVIII, o principal discurso "construiu os corpos masculino e feminino como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um único sexo" (LAQUEUR *apud* WEEKS, 2010, p.57). Essa percepção já conta com uma interpretação do corpo feminino como sendo uma versão inferior do masculino, mesmo que enfatizando sua importância no processo de reprodução. Tal pensamento é esgotado no século XIX, sendo substituído "por um modelo reprodutivo que enfatizava a existência de dois corpos marcadamente diferentes" (WEEKS, 2010, p.57). Essa concepção sugere, assim, uma diferença absoluta de homens e mulheres, com a ideia de dois corpos singulares.

Ao se priorizar a presença de homens em instituições e cargos de poder e de produção de conhecimento, tudo que é produzido nesses locais vai “refletir as posições desses sujeitos” (AGUIAR, 2011, p.31). Essa produção hegemônica é percebida e aceita como sendo de um campo geral, normativo, rebaixando, silenciando ou até não deixando existir uma produção de conhecimento que parta das mulheres. Com o surgimento e crescimento do feminismo, essa

produção ganha força a partir do que Scott (1995) chama de “estudos femininos”. Ainda assim, as pesquisas realizadas em tais estudos eram postas em uma área separada da produzida por homens, centrando-se "sobre as mulheres de maneira demasiado estreita e separada" (SCOTT, 1995, p.72). Ao tratar do campo histórico, por exemplo, é criado um campo específico para uma chamada “história das mulheres”, mas que não as insere na história geral, atribuindo-lhes pouca importância, e reforçando o que Aguiar (2011, p.31) acredita ser uma “tendência a ver as relações de gênero como pouco importantes para a compreensão geral da História ou da organização social em termos políticos e econômicos”.

A construção de características para cada gênero é apresentada também por Grossi (1998). Para a autora, o gênero é utilizado para delimitar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. Homens e mulheres agem de forma socialmente programada, e não de forma biológica. As ideias de papel e identidade de gênero são diferenciadas. Para ela, o papel de gênero diz respeito à construção social, tendo funções específicas atribuídas por uma condição biológica. Essa construção, no entanto, varia dependendo das ideologias de cada lugar no planeta. Já a noção de identidade de gênero é individual, construída com base na vivência de cada indivíduo. A relação entre gênero e sexualidade acaba se dando com base, em parte, nas ideias pré-estabelecidas a respeito dos papéis de gênero. Esses papéis, segundo Louro (2003),

[...] seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. (LOURO, 2003, p.23-24).

A codificação de gênero está presente na sociedade em diversas posições de poder e organização social, mesmo que nem sempre de forma explícita. “As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das, assim chamadas, relações naturais entre homem e mulher” (SCOTT, 1995, p.91). O estudo do gênero como categoria de análise propicia uma reflexão “sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (SILVA, M., 2014, p.480). O gênero, segundo Louro (2003), faz parte da identidade do indivíduo. Para a autora, as identidades são plurais e múltiplas, se transformam e são contraditórias. A ideia de identidade não pode ser fixa ou permanente. O sujeito é constituído pela sua inserção em diferentes

grupos, a partir de seu gênero, sua orientação sexual, sua raça, sua classe social. Sendo assim, não se pode conferir aos gêneros meros papéis que os diferenciam. O gênero constitui a pessoa e possibilita, também, “um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p.89).

Na seção que segue, as noções de identidade e representação serão trazidas à tona com base no entendimento da constituição da identidade e da diferença, ressaltando a importância do gênero nesta construção.

3.2 Identidade e diferença

As questões de identidade e identificação são entendidas normalmente “a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas” (HALL, 2014, p.106). Os conceitos de identidade, diferença e diversidade acabam sendo naturalizados e entendidos como essências, fatos da vida social já cristalizados e acabados (SILVA, T., 2014). Utilizando uma abordagem discursiva, no entanto, a identificação pode ser entendida como uma construção e, por isso, nunca completada, sempre em andamento, nunca completamente determinada. O processo envolve um trabalho de fechamento e marcação de fronteiras simbólicas, preocupando-se tanto com o que a define como identidade quanto com o que é deixado de fora dos limites, constituído como a diferença, definindo a relação direta existente entre os dois termos.

[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” - ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. (SILVA, T., 2014, p.74-75).

A afirmação de que *se é* algo, utilizando uma forma de identificação, está, ao mesmo tempo, afirmando o que *não se é*. Da mesma maneira, afirmações sobre diferenças do outro são usadas para dizer que a pessoa “não é o que eu sou” (SILVA, T., 2014, p.75). Sendo assim, os dois conceitos são inseparáveis. A diferença, no entanto, é considerada um produto criado com base na identidade. A identidade funcionaria, nesta perspectiva, como um ponto de referência para determinar e definir a diferença.

Esta ideia faz com que, usualmente, a pessoa torne o que é em norma, descrevendo o que está em volta a partir disso. Um exemplo é a heteronormatividade. Para Tomaz Tadeu da Silva (2014) a identidade e diferença são mutuamente determinadas. Com isso, entende-se

que a identidade hegemônica só é construída com base naquilo que ela *não é*, ou seja, na diferença. As características deixadas de fora da identidade contribuem diretamente para a definição e constituição do que está dentro. A diferença tem papel ativo na formação da identidade. De acordo com o mesmo autor, a identidade e a diferença se apresentam em atos de criação linguística. Esse recorte é importante para esclarecer que os dois conceitos não são naturais, “não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas” (SILVA, T., 2014, p.76). É a sociedade que as fabrica, com base em relações culturais e sociais.

Ao falar que os dois conceitos são criação linguística, Tomaz Tadeu da Silva (2014) explica que eles são criados por meio de atos de linguagem, e não apenas presentes naturalmente no universo. É com a fala que a identidade e a diferença são, finalmente, instituídas. A definição de uma identidade é feita, portanto, com uma série de atos linguísticos. Segundo o autor, de acordo com o linguista suíço Ferdinand de Saussure, a linguagem é um sistema de diferenças. Os signos que constituem uma língua não possuem valor absoluto de forma isolada. O sentido é adquirido quando o signo é colocado junto dos diversos outros, diferentes dele. As definições de identidade e diferença são envolvidas, também, pelas relações de poder:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2014, p.109-110).

A força das relações de poder no ato de se identificar é visível, pois afirmar-se com uma identidade implica uma operação de incluir e de excluir. A identidade trata sobre quem pertence, ou não, a um determinado grupo. O excluído é, também, o diferente. Este exercício demarca fronteiras, distinguindo e, em última estância, classificando as pessoas, reafirmando as relações de poder, ou seja, “o processo de classificação é central na vida social” (SILVA, T., 2014, p.82). Esse processo é realizado com base na identidade, produzindo uma hierarquia entre a identidade instituída como “base” e outras identidades, diferenciadas a partir da primeira. Dessa forma, é possível atribuir valores diversos aos grupos classificados. Essas divisões acontecem, em grande parte, em torno de oposições binárias. Tomaz Tadeu da Silva explica que, de acordo com os estudos do filósofo francês Jacques Derrida, o binarismo não

acontece de forma simétrica, colocando sempre um dos lados da divisão com valor privilegiado e positivo e o outro como negativo.

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (SILVA, T., 2014, p.83).

Já que as identidades só são construídas por meio da diferença, elas só podem existir, de fato, na relação com o Outro, aquilo que não se é, o chamado “exterior constitutivo”: “Toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ - mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2014, p.110). Essa ideia está em consonância com Tomaz Tadeu da Silva (2014, p.79), que afirma que “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)”. Os limites existentes na definição de uma identidade são criados, principalmente, tendo em mente o diferente, negando as características do outro, para assim deixá-lo de fora da identidade criada. Esse processo, em conjunto com a determinação de certas identidades como normas, faz com que as identidades posicionadas no alto da hierarquização realizada não sejam nem vistas como “*uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade” (SILVA, T., 2014, p.83, grifos do autor).

A teoria cultural contemporânea apresenta uma relação estreita entre as questões de identidade e diferença com o tema da representação. Na filosofia ocidental, a representação é ligada à ideia de apresentar o “real” por meio de sistemas de significação, seja por representação externa - produtos culturais, linguagem - ou interna - na consciência do indivíduo. Com base nas ideias pós-estruturalistas de instabilidade da linguagem, o conceito é apresentado

[...] como um sistema de significação, mas descartam-se os pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica. Trata-se de uma representação pós-estruturalista. [...] No registro pós-estruturalista, a representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. A representação não é, nessa concepção, nunca, representação mental ou interior. A representação é, aqui, sempre marca ou traço visível, exterior. [...] a representação é, como qualquer outro sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. (SILVA, T., 2014, p.90-91).

A identidade e a diferença dependem diretamente da representação, já que é por meio dela que os dois conceitos adquirem sentido e, de certa forma, existem. A representação é utilizada para apontar, com o uso de signos, os componentes de uma identidade. É por isso

que as relações de poder são tão importantes na formulação de identidade e diferença, pois aqueles com o poder de representar definem, conseqüentemente, as identidades.

3.2.1 Heteronormatividade e os estudos queer

A heteronormatividade pode ser definida como “a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (WARNER *apud* BRITZMAN, 1996, p.79). São produzidas noções normativas, posicionando a heterossexualidade como sendo estável e natural e colocando seus ideias e valores como padrões a serem seguidos por todas as pessoas. Tal visão não abarca a sexualidade como uma construção social complexa. Qualquer identidade ou representação que desvia dessa especificação do normal seria, segundo Swain (2001), vista como perigosa, e, por isso, entendida como uma forma de ataque à identidade normativa, igualmente criada.

A palavra *normal*, bem como seus derivativos – *normalização*, *normalidade*, *norma* –, são construções próprias da Modernidade. É somente no século XIX que o substantivo “norma” passa a ser utilizado para fazer referência à ordem social e, em seguida, à ideia de corpo normal, ou seja, a pessoas que correspondiam a um padrão físico e moral determinado. Tanto o conceito de norma quanto o de normal tornaram-se generalizados com o desenvolvimento da Estatística, quando Adolphe Quetelet inventa o conceito de homem médio – aquele que reúne uma média dos atributos humanos específicos de um grupo; desde então, tal conceito serve para justificar a noção de normal e de norma. A ideia de homem médio é fruto de uma combinação matemática de características físicas com aspectos morais; tal combinação tem como resultado a norma e o que não é contemplado aí se configura como desvio (SABAT, 2004, p.2, grifos da autora).

A norma é constantemente reafirmada frente à sociedade por meio de diversas instâncias, entre elas, a mídia e o sistema escolar. A escola, de acordo com Louro (2003), tem uma ação distintiva sobre as pessoas, com seus mecanismos de seleção, hierarquização e classificação. O espaço escolar – através de suas regras disciplinares e códigos de conduta – acaba por enquadrar todos os alunos dentro de um mesmo padrão, que é diferenciado, principalmente, pelo gênero. Enquanto os meninos são incentivados a apresentarem comportamentos e traços ligados socialmente ao masculino, as meninas são enquadradas em conceitos de feminilidade. Alunos e alunas que estão fora desse padrão tornam-se, rapidamente, alvos de constantes tentativas de adequação às expectativas de gênero normatizadas na sociedade. Essas ações envolvem não só o aluno ou a aluna em questão, mas também seus colegas. Isso afeta as relações com todas as pessoas no âmbito escolar e, mais adiante, fora dele.

O que significa ser homem ou mulher, assim como o entendimento de que se nasce naturalmente heterossexual, é algo praticamente inquestionável no senso comum e, também, em grande parte das investigações científicas reconhecidas como “legítimas” em nossa cultura. Mas é igualmente pouco questionável a posição de menos-valia dos lugares sociais ocupados por aquelas e aqueles que não correspondem ao padrão hegemônico, seja de gênero, seja de classe, sexualidade, etc., apesar de alguns avanços em distintas esferas da sociedade. (SILVA, M., 2014, p.87).

Nos poucos casos em que se trata de sexualidade na escola, o conhecimento é geralmente ligado apenas à reprodução heterossexual. Este medo de se falar sobre sexo e suas implicações no ambiente escolar acontece, segundo Britzman (1996), pressupondo que estudantes sejam réplicas. Sendo assim, os ensinamentos sexuais no período escolar, além de bastante escassos, acabam por não representar práticas de sexualidades diferentes da heterossexual, além das questões de desejo. Isso faz com que garotas e adolescentes gays, lésbicas e bissexuais não sejam reconhecidos e não tenham, portanto, oportunidades de explorar suas identidades e vontades. O silenciamento e a omissão destes assuntos representam uma tentativa de garantir a “norma”. Exemplo disso está na polêmica envolvendo o programa “Escola Sem Homofobia”¹⁴, proposto pelo Governo Federal. Chamado de forma pejorativa de “kit gay”, o material informativo sobre gênero e sexualidade consistia em boletins e vídeos, voltados especialmente para estudantes e professores. Prestes a ser impresso, em 2011, o projeto foi vetado após diversas polêmicas envolvendo setores mais conservadores da sociedade¹⁵. Cabe ressaltar que, ao não se falar ou não abrir espaço para retratar outras identidades, cria-se a ilusão de que elas ou não existem ou não estão convivendo na escola.

O fato de a heteronormatividade estar tão presente na escola está ligado ao que Britzman (1996) chama de mitos sobre questões de gênero e sexualidade que reforçam a busca pela norma. A ideia geral é de que crianças e adolescentes são considerados jovens demais para se identificarem como gays, lésbicas ou bissexuais, ou que aqueles que já se consideram assim estão inseridos em uma vida sexual ativa. Esse pensamento, além de contrariar o que Freud fala sobre a relação entre crianças e sexualidade, não aceita a existência de famílias com qualquer outro membro que se identifique como LGBT, propiciando assim uma definição restrita da família, considerando-a apenas heterossexual e normativa. Outro ponto apresentado é o de que as ideias sobre homossexualidade e

¹⁴ REVISTA ESCOLA. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/conheca-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-2011-834620.shtml>> Acesso em: 21 de maio de 2015.

¹⁵ O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/politica/apos-polemica-com-kit-anti-homofobia-governo-vai-avaliar-materiais-de-ministerios-relacionados-aos-costumes-2765419>> Acesso em: 21 de maio de 2015.

heterossexualidade não teriam relação uma com a outra, tentando fazer uma divisão entre identidades sexuais e privadas. Reduzir as identidades sexuais a práticas individuais impede que a sexualidade seja concebida como definida em um espaço social.

Nenhuma identidade sexual - mesmo que a mais normativa - é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não-finalizada. Como uma relação social no interior do eu e como uma relação social entre “outros” seres, a identidade sexual está sendo constantemente rearranjada, desestabilizada e desfeita pelas complexidades da experiência vivida, pela cultura popular, pelo conhecimento escolar e pelas múltiplas e mutáveis histórias de marcadores sociais como gênero, raça, geração, nacionalidade, aparência física e estilo popular (BRITZMAN, 1996, p.74-75, grifos da autora).

Nesse contexto, é ressaltado que até mesmo a produção do discurso político e teórico que busca a representação positiva da homossexualidade, em certos pontos, caráter regulador e disciplinador, pois estabelece limites, possibilidades e restrições. Louro (2001) aponta o fato de grupos negros e latinos, por exemplo, acreditarem que campanhas políticas homossexuais estariam marcadas com valores brancos e de classe média. A adoção de valores tradicionais – como o relacionamento monogâmico ou o privilégio do homem sobre a mulher, que provocam o silenciamento de lésbicas, por exemplo – faz com que o movimento homossexual assumira certo domínio em relação aos outros grupos. Bissexuais, travestis e transexuais seguem excluídos e marginalizados. Certos grupos buscam, de certa forma, “desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual” (LOURO, 2001, p.546), enquanto outros buscam viver a ambiguidade da fronteira, não querendo atravessar tais divisões, possibilitando o estudo de plurais formas de identificação e noções de gênero.

Parte do movimento LGBT assume a identidade “*queer*”, numa perspectiva de oposição e contestação. Louro (2001) traduz o termo como estranho, ridículo, excêntrico ou raro. A expressão tem sua origem no preconceito, já que durante muito tempo a expressão foi utilizada de forma pejorativa para se referir a gays e lésbicas: “Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier” (LOURO, 2001, p.546).

A teoria *queer*, junto a outras vertentes do pensamento ocidental contemporâneo do século XX, problematiza noções de sujeito, identidade e identificação. Suas ideias estão vinculadas, como aponta Louro (2001), às de Freud, que apresenta ideia de inconsciente e vida psíquica, abalando a noção de sujeito racional, coerente e unificado. Segundo a mesma autora, Lacan se insere nas certezas do processo de identificação, afirmando que o sujeito

nasce e cresce a partir do olhar do outro, só podendo saber de si mesmo através do diferente. A formulação *queer* se opõe, em um primeiro momento, à heteronormatividade compulsória existente em todos os setores da sociedade, criticando, também, a normalização proposta em algumas políticas existentes no movimento homossexual dominante.

Para Swain (2001), *queer* representa não apenas uma sexualidade alternativa, e sim uma forma de exprimir diversos aspectos pessoais, dando espaço para a manutenção e criação de discursos desafiadores e interrogadores quanto à heterossexualidade. “*Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p.546).

A heteronormatividade existente, ao mesmo tempo em que reitera a heterossexualidade de forma compulsória, também dá espaço para a produção de “corpos que a ela não se ajustam” (LOURO, 2001, p.549). Ainda assim, a lógica do mundo ocidental é operada através de binarismos, elegendo uma ideia como fixa e central, determinando, a partir de si, a posição do “outro”, sendo seu oposto subordinado. Os *queers* são construídos como aqueles que escapam da norma. São eles que, então, garantem o limite, representando o exterior para aqueles que representam a norma.

Nessa direção, Judith Butler incorpora o conceito de performatividade, utilizado na linguística, nas discussões sobre o tema, “para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos” (LOURO, 2001, p.548).

A heterossexualidade é vista como norma não apenas em discursos homofóbicos, mas dentro dos próprios discursos que são a favor da homossexualidade. Para os teóricos *queer*, é preciso que uma mudança epistemológica seja feita para romper efetivamente a lógica binária e sua hierarquia, classificação e exclusão. Uma abordagem desconstrutiva daria espaço para que a heterossexualidade e a homossexualidade fossem compreendidas de forma independente, mas “como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências” (LOURO, 2001, p.549).

A teoria *queer* introduz, de acordo com Swain (2001), questões envolvendo representações sociais, buscando quebrar as normas que determinam e fixam os comportamentos esperados pela sociedade. Suas problematizações pretendem abrir horizontes no que se sabe sobre as relações humanas. São buscadas ideias além dos papéis já estabelecidos pela heteronormatividade, baseados nas polarizações de gênero, tentando

apresentar novas formas de relações e sentidos, transgredindo tradições que acompanham as ideias de mundo. O universo *queer* é o da diferença, onde “todo o mundo não é *queer* da mesma maneira [...] somos sempre o *queer* de alguém, a diferença sem fundo” (SWAIN, 2001, p.96).

3.2.2 *Sexo, gênero e representação*

As identidades sexuais e de gênero, como todas as outras formas de identidade e diferença, são criadas, reforçadas e atualizadas socialmente com a ajuda de processos de representação, tanto pela visibilidade quanto pela invisibilidade de suas existências. Neste estudo, a questão da representação se mostra de extrema importância, pois é entendendo as formas de representação das identidades que será possível entender o processo pelo qual elas se constituem e como são formadas. Ruth Sabat (2001), ao estudar as representações veiculadas pela mídia e, mais especificamente, pela publicidade, consegue apontar uma série de recortes que reforçam traços heteronormativos a partir dos discursos midiáticos:

Ao utilizar mulheres para divulgar marcas de sabão em pó, ou homens para divulgar marcas de cigarros mais fortes, o discurso publicitário está se apropriando de significados que estão circulando nas relações sociais. Ao mesmo tempo, ele está reafirmando — e naturalizando — essas mesmas representações através de algumas estratégias, como por exemplo mostrar as mulheres quase sempre dentro de casa, fazendo atividades manuais, ou expondo o corpo como objeto do prazer masculino. Quanto aos homens, estes são mostrados frequentemente relacionados à força, à determinação; aparecem muito mais em ambiente abertos, próximos da natureza; o ambiente fechado fica restrito ao escritório: o discurso publicitário nos vende para nós mesmas/os. (SABAT, 2001, p.14).

A publicidade, assim como toda a mídia no geral, apoia-se em um currículo cultural, que é ao mesmo tempo constituído e constituidor de relações sociais. Esse currículo está inserido em uma pedagogia, construída a partir de um repertório de significados, que compõe as identidades culturais hegemônicas. Essas identidades culturais se constituem de acordo com as formas que grupos sociais se reconhecem entre si. Elas não são preexistentes aos sujeitos, mas construídas no processo de representação de um grupo, sempre em relação a outros grupos, com características diferentes. O “outro” só existe por causa do hegemônico e vice-versa.

Assim, pode-se afirmar que as identidades sexuais não são naturais, mas adquiridas. A heteronormatividade, no entanto, faz com que condutas que fogem da heterossexualidade sejam consideradas problemas ou desvios clínicos da psicologia e da medicina. Devido à regulação que a medicina exerce sobre a sexualidade, as identidades sexuais hegemônicas

adquirem um caráter natural, sem serem levados em conta diversos fatores culturais presentes. A expressão da sexualidade individual tem interferência direta do imaginário coletivo, criado especialmente pela mídia.

Como esquecer os investimentos econômicos e midiáticos em torno do sexo, das imagens que nos assaltam a todo momento, das mensagens explícitas e implícitas que ativam todo um campo conotativo em torno da sexualidade, da juventude, beleza, prazer e emoção? O indivíduo, assim interpelado, aceita e incorpora a imagem que lhe é oferecida e as opções que lhe são reservadas como sua própria representação; torna-se assim a encarnação da representação social, auto-representação de uma identidade que lhe é conferida. (SWAIN, 2001, p.90).

As identidades sexuais são constituídas em meio a representações culturais, influenciadas pelas relações de poder estabelecidas por um sistema de significados de uma classe dominante. Formas de comportamento são impostas, naturalizando relações que são, também, construídas. Algumas das representações passam dos limites padronizados como normais, provocando conflitos entre os modelos já estabelecidos. A própria heterossexualidade, considerada “normal”, é, na verdade, construída como uma oposição à homossexualidade, assim como a homossexualidade é entendida como uma oposição à heterossexualidade. Ambas são negociadas nas relações sociais. Essas identidades “carregam marcas de diferentes práticas sociais e culturais que são construídas através dos discursos produzidos na sociedade, pelos processos de representação” (SABAT, 2001, p.17).

Outro aspecto importante a ser tratado é o da própria identidade de gênero. Aguiar (2011) aponta, com base nas teorizações de Judith Butler, que

[...] a performatividade dos discursos sobre gênero produz seus efeitos a partir da nomeação do sexo do bebê. Mais que isso, essa “interpelação fundante” é reiterada constantemente por outros sujeitos e instituições, que a reforçam ou contestam. A partir da citacionalidade, compreende-se que são (re)produzidos os significados que darão sentido a um ser mulher ou ser homem. Assim, a filósofa defende, os discursos se materializam no corpo, produzindo o sexo que nomeiam. Dessa forma, os seres que não foram “apropriadamente generificados” constituem “corpos abjetos”, “ininteligíveis”, que não são compreensíveis dentro de sua cultura – e, por isso mesmo, constituem o “exterior”, o “oposto”, que simultaneamente se afasta da norma e define seus limites (AGUIAR, 2011, p.49).

Dessa forma, pode-se afirmar que a identidade de gênero não está sempre ligada à sexualidade de forma direta. Ao falar sobre a transgenitalização, Berenice Bento (2003) aponta que a maior motivação das cirurgias não é a sexualidade, “mas para que as mudanças nos seus corpos lhes garanta a inteligibilidade social” (BENTO, 2003, online). A sexualidade se mostra deslocada das questões biológicas:

Para muitos médicos e especialistas no tema, a homossexualidade está totalmente descartada entre os/as transexuais. Porém, quando uma pessoa afirma: “Eu tenho um corpo equivocado, sou um/a homem/mulher aprisionada em corpo de

homem/mulher”, não significa que “ser mulher/homem” é igual a ser heterossexual. Quando a sociedade define que a mulher de verdade é heterossexual se deduz que uma mulher transexual também deverá sê-lo. (BENTO, 2003, online).

As concepções de gênero se apresentam também como uma forma de tipificar e definir as identidades sexuais. Simões e Facchini (2009) destacam que, conforme o antropólogo Peter Fry, a classificação da homossexualidade masculina com base em uma hierarquia de gênero é disseminada, distinguindo homens gays mais “masculinos”, desempenhando o papel de “ativos”, dos outros, com traços “femininos” e tidos como “passivos”. Essa hierarquia também pode ser observada na homossexualidade feminina, separando aquelas com traços masculinos (“sapatões”) das outras, “mais femininas”. Desta forma, de acordo com Swain (2001), o gênero e a sexualidade são importantes bases na construção de identidades, tanto coletivas quanto individuais. A nomeação de uma prática garante, portanto, uma identidade a seus pertencentes.

A noção de “homossexual”, por exemplo, é estabelecida, inicialmente, no campo das teorias biomédicas, no século XIX (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Neste período, segundo Sabat (2004), as pessoas vão deixando de ser compreendidas apenas como corpos físicos e começam a tomar forma de corpo social, como “população”. Por isso, o sexo e a sexualidade acabam se tornando dados políticos importantes, que precisam ser analisados e conhecidos em seus mínimos detalhes, para que a regulação dos indivíduos seja feita de forma efetiva. A partir do século XIX, a heterossexualidade passa a ser identificada como sexualidade normativa. Os discursos religiosos, médicos e da psicologia reforçam essa identificação, criando um banco de informações que classificam a atração de mulheres por homens e vice-versa como natural. Além da naturalização dessas ideias, tais práticas acabam fazendo com que elas adquiram caráter de “verdade” e não sejam questionadas. Essa ideia é reforçada por Weeks (2010), ao apontar que

Os dois termos [heterossexualidade e homossexualidade] foram cunhados, ao que parece, pela mesma pessoa, Karl Kertbeny, um escritor austro-húngaro, e foram usados pela primeira vez publicamente, por ele, em 1869. [...] eles foram desenvolvidos em relação a uma tentativa anterior de colocar na pauta política da Alemanha (que em breve seria unificada) a questão da reforma sexual, em particular, a revogação das leis antissodomitas. Eles eram parte de uma campanha embrionária [...] de definir a homossexualidade como uma forma distintiva de sexualidade: como uma variante benigna, aos olhos dos reformadores, da potente mas imprecisa e mal definida noção de “sexualidade normal” (aparentemente, outro conceito usado pela primeira vez por Kertbeny). (WEEKS, 2010, p.61).

Em uma sociedade capitalista, a heterossexualidade é uma característica valorizada, tanto no campo político quanto no social. “Os meios de comunicação de massa, os artefatos

culturais também fazem altos investimentos nessa direção” (SABAT, 2004, p.4). Esses lugares de mídia e cultura propiciam à heteronormatividade “palanques” disponíveis para a sua manifestação como norma e, ao mesmo tempo, não retratam outras sexualidades e formas de viver gêneros e sexualidades possíveis. A falta de espaço para outras de identidades sexuais é apontada como uma representação da ausência, reafirmando o que já é normatizado. A norma é utilizada para descrever e, assim, produzir diferenças. O trabalho de diversos autores, como Karl-Heinrich Ulrichs, Karl Westphal, Richard Freiherr von Krafft-Ebing e José Ricardo Pires de Almeida formulam uma concepção para a homossexualidade, dando a ela a ideia de “inversão sexual”, como apontam Simões e Facchini (2009). Tal ideia é baseada fortemente em uma noção da heterossexualidade tomada como a identidade sexual “correta”, colocando a homossexualidade como seu “inverso”.

A homossexualidade é vista, desde suas primeiras concepções, no século XIX, como desvio, perversão ou desregramento. As atividades sexuais, tanto homossexuais quanto heterossexuais, existiam, mas é nessa época que elas começam a ser, de fato, conceituadas, divididas e diferenciadas. Essa prática é tomada para que seja possível, com a criação e classificação dessas identidades, a instauração de uma norma heterossexual, com a homossexualidade sendo o diferente. A identidade homossexual começa a ser criada como forma de distinguir a atividade homossexual – já existente – da heterossexual, como aponta Weeks:

[...] embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada [...] cuja essência sexual era significativamente diferente daquela do/da “heterossexual”. (WEEKS, 2010, p.65).

Essas primeiras conceituações não levavam em conta, porém, as diversas especificidades das pessoas envolvidas pela identidade homossexual, aplicando os mesmos termos a mulheres e homens homossexuais, por exemplo. Sendo assim, “o modelo era extraordinariamente baseado na homossexualidade masculina e nunca foi diretamente aplicável às mulheres” (WEEKS, 2010, p.68).

Pesquisas feitas nos Estados Unidos pelo biólogo Alfred Kinsey desde a década de 1940 questionam se as categorias “homossexual” e “heterossexual” dariam conta, de fato, da diversidade de possibilidades de comportamentos. A sexualidade não consiste “num universo compartimentado de categorias nitidamente demarcadas, mas antes num gradiente contínuo, com uma gama de matizes comportamentais” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.32).

A noção de orientação sexual faz referência ao sexo (ou gênero) que constitui o desejo de uma pessoa. Este conceito, de acordo com Simões e Facchini (2009), não trata sobre consciência ou intenção e não descreve algum tipo de condição. Os autores apontam que as conexões existentes entre desejo de uma pessoa, seu comportamento sexual e como ela percebe a si mesma são influenciados pelas convenções sociais presentes em sua trajetória. Com isso, seria possível, por exemplo, “sentir desejos sem manter relações homossexuais, assim como praticar relações homossexuais sem se considerar homossexual ou bissexual” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.32). Ainda assim, os autores ressaltam que

[...] escolher e nomear intencionalmente uma identidade sexual pode ser um ato político. Dizer “eu sou gay” ou “eu sou lésbica”, ou “eu sou bissexual” pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual. O sentido político e estratégico dessas afirmações da identidade sexual como “condição” fica evidente diante das inúmeras situações cotidianas de intolerância, injustiça, discriminação e violência vividas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, para não falar das tentativas espúrias de promover sua “cura” ou sua “reabilitação”. Essas categorias de identidade podem ter o poder de organizar e descrever a experiência de sexualidade vivida por muitas pessoas e serem instrumentais para que tal vivência possa ser fruída e defendida como legítima e digna de respeito. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.33).

No Brasil, a polícia de identidades sexuais e de gênero é complexa, devido às fronteiras muito delimitadas nas questões de identidade. Com base no argumento do antropólogo Peter Fry (*apud* SIMÕES & FACCHINI, 2009), pode-se dizer que o país ainda conta com uma forma de classificação da sexualidade com bases em uma hierarquia de gênero, “diferenciando” homossexualidades, tanto masculinas quanto femininas, pelos seus graus de masculinidade e feminilidade. Na contramão de tal concepção, um modelo médico-psicológico agrupa todas as identidades possíveis dentro da homossexualidade (com a diferenciação feita pelas hierarquias de gênero), baseando-se em uma ideia de condição, ligada à doença. Dessa ideia, deriva-se o modelo igualitário, que se coloca contra a ideia de doença ligada à homossexualidade

[...] mantendo a disjunção entre orientação sexual e gênero e apoiando-se no dualismo hetero/homo. Assim, em lugar de “bichas” e “homens” (ou “bofes”), ou de “sapatões” e “mulheres” (ou “ladies”), formam-se novas categorias de identidade sexual, tais como “entendido”, “entendida”, “homossexual”, “gay”, “lésbica”, de acordo com a visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não os papéis sociais relativos a masculino/feminino, nem a atividade/passividade sexual. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.57).

É na década de 1970 que o movimento homossexual começa, de fato, a afirmar uma proposta de politização no Brasil. Nesse contexto, surge em 1978 o grupo Somos, em São

Paulo, em meio a uma já existente e crescente imprensa gay brasileira, como exposto no primeiro capítulo desta pesquisa. Outro grupo, o GALF – Grupo de Ação Lésbica-Feminista, é formado em 1981, buscando dar mais visibilidade à mulher lésbica, geralmente silenciadas no movimento pelos homens gays.

A partir da década de 1990, o movimento homossexual brasileiro mostra-se ainda mais organizado, principalmente com sua inserção e envolvimento em campanhas de grupos e ONGs no combate à AIDS. O Programa Nacional de DST e AIDS ganha força em 1994, financiando projetos que possibilitaram a organização e desenvolvimento do movimento homossexual e, mais tarde, LGBT. A inclusão de travestis e transexuais nos programas estatais contra a doença sinalizam para o uso dessa nova identificação LGBT. Simões e Facchini (2009) apontam que, no VII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas, realizado no ano de 1995 em Curitiba, organizações de travestis estiveram pela primeira vez no movimento e, desde então, o termo é incorporado no nome dos próximos encontros nacionais. A incorporação do movimento especificamente lésbico acontece antes, em 1992, no VI Encontro Brasileiro de Homossexuais.

Já nos anos 2000, após o extenso crescimento proposto nas articulações pelo combate à AIDS, o movimento hoje conhecido como LGBT continua a se expandir. De acordo com Simões e Facchini (2009), durante o X Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis realizado em Maceió, no ano 2000, é formada a Antra, Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros. Já em 2005, no XII Encontro de Gays, Lésbicas e Trânsgeneros, em Brasília, os bissexuais são incorporados no movimento. Na ocasião, é adotada a sigla LGBT, “convencionando-se que o ‘T’ deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.146). Essas convenções, no entanto, apresentam uma série de tensões e discussões, “conferindo mais poder às identidades mais próximas da normatividade e, por conseguinte, do poder” (AGUIAR, 2011, p. 57).

As tensões com relação ao movimento LGBT – e dentro do próprio movimento – estão presentes até hoje, principalmente no que diz respeito à representatividade e ao protagonismo de certos indivíduos dentro da própria sigla. No próximo capítulo, dedicado à análise de material coletado no iGay, essas relações entre representação e identidades LGBT serão apresentadas a partir das notícias analisadas.

4 ANÁLISE DO IGAY

Antes de iniciar a análise e considerações sobre o material, importa esclarecer os passos realizados desde a coleta até a organização e seleção das publicações, bem como os procedimentos e a descrição do método empregado. Neste capítulo, apresenta-se ainda a análise geral do material coletado e uma breve análise pelo viés da representatividade.

4.1 Organização do material e procedimentos metodológicos

A primeira etapa da pesquisa consistiu na coleta e organização dos dados referentes às publicações existentes na seção iGay, do portal iG. Para isso, o espaço delimitado para a análise foi de três meses, recuperando as postagens feitas entre dezembro de 2014 até fevereiro de 2015. Tendo em vista as diversas subseções presentes no iGay, o foco do estudo centrou-se nas publicações do link de *Notícias* da seção.

Com o início da coleta das postagens, três quadros (cada um referente a um mês) foram criadas para o armazenamento de informações específicas de cada publicação (conforme modelo apresentado na Figura 1). Cada notícia foi mapeada com as seguintes informações: data de publicação; título da postagem; número de imagens presentes no *post*, com descrição das fotos selecionadas para a publicação (quem aparece, qual a relação delas com a notícia em questão) e suas procedências (banco de dados, ilustrações, fotos de divulgação, reprodução de material da internet, arquivo pessoal), observando também a repetição de imagens; uma breve descrição do conteúdo da postagem; o link da publicação original; e o código usado para o arquivo de *prints* das páginas (um código por notícia), composto por uma indicação do mês de publicação – dez, jan ou fev – e um número – organizado com três dígitos xxx – referente à ordem cronológica de postagem, dentro de cada mês (exemplos: dez057, jan002, fev014).

Todas as postagens da mostra foram registradas por meio do *print* da publicação original do iGay, sempre com o cuidado de armazenar o conteúdo completo. A coleta das notícias foi realizada a partir de visitas diárias à seção. As imagens salvas foram arquivadas a partir de um agrupamento mensal, utilizando os códigos já mencionados e presentes nos quadros.

Figura 1 – Modelo do quadro de coleta de postagens
RELAÇÃO DE NOTÍCIAS - IGAY - FEVEREIRO DE 2015

DATA	TÍTULO	FOTOS	RESUMO DA POSTAGEM	LINK
01/02 fev001	Manifestantes promovem 'beijão' em bar de Ribeirão Preto que expulsou casal gay	4 fotos. Fotos do beijão realizado, com casais lésbicos se beijando e diversas pessoas segurando cartazes.	Cerca de 50 pessoas participaram de manifestação em Ribeirão Preto/SP, na frente do bar Milwaukee American Bar. Segundo relatos, o estabelecimento expulsou duas meninas que se beijavam no local no dia 25 de janeiro. De acordo com as garotas, um dos seguranças do local as abordou e disse que aquele não era um bar gay e que, portanto, não era lugar para elas trocarem carinhos. A administração do local afirma que a expulsão foi gerada a partir de "uma conduta inapropriada por um grupo de clientes, promovendo uma agitação além dos limites e que acabou por incomodar outros clientes da casa".	http://igay.ig.com.br/2015-02-01/manifestantes-promovem-beijao-em-bar-de-ribeirao-preto-que-expulsou-casal-gay.html
02/02 fev002	Joalheria exhibe comercial com casais gays durante intervalo do Super Bowl	3 fotos. Cenas do comercial exibido, com casais em momentos íntimos.	Durante os comerciais do SuperBowl (evento com maior audiência da televisão norte-americana), a joalheria australiana Michael Hill apresentou uma comercial com casais gays. O nome da peça é "O que você faria por amor?" e entrevistou mais de mil e duzentos nova-iorquinos.	http://igay.ig.com.br/2015-02-02/joalheria-exibe-comercial-com-casais-gays-durante-intervalo-do-super-bowl.html
03/02 fev003	Exposição sobre raro ícone gay bate recorde de público na Turquia	3 fotos. Fotos com crédito à BBC, com peças da exposição.	A matéria fala sobre uma exposição sobre o músico turco Zeki Muren. A exibição atraiu mais de 50 mil pessoas em menos de 2 meses. Muren teve problemas com o conservadorismo na Turquia e por diversas vezes foi ameaçado pelos que não aprovavam sua identidade sexual ou seu vestuário mais espalhafatoso.	http://igay.ig.com.br/2015-02-03/exposicao-sobre-raro-icone-gay-bate-recorde-de-publico-na-turquia.html

Fonte: O autor.

Finalizada a coleta, as publicações foram analisadas e classificadas de acordo com o tema principal identificado em seu conteúdo. Heloiza Golbspan Gerscovitz (2007, p.134) aponta que “a codificação por tema é a mais comum em análise de conteúdo e em geral produz resultados positivos”. Na mesma direção, Laurence Bardin aponta que

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 1977, p.117, grifos da autora).

A partir destes preceitos, foram criadas quatro grandes categorias de análise: *Entretenimento*, que reúne publicações que tratam de novidades sobre personalidades nacionais e internacionais, como atores, cantores, estilistas e atleta, suas vidas, seus trabalhos, saídas de armário, além de matérias com cunho de diversão, como viagens, aplicativos de relacionamento e dicas de estilo;

Combate ao preconceito, que agrupa notícias que tratam da luta contra a LGBTfobia, tanto no Brasil quanto no mundo, divulgação de medidas governamentais, organizações e manifestações contra casos específicos, além de declarações de famosos;

Cunho pedagógico, que por sua vez compila postagens que buscam explicar casos, termos e vivências relacionados ao universo LGBT. Por meio de entrevistas e dados de pesquisas, as notícias ampliam os conhecimentos sobre diversas questões, dando voz para que as próprias pessoas envolvidas em determinados assuntos o apresentem e expliquem;

LGBTfobia, que congrega notícias que relatam histórias de discriminação ocorridos no Brasil e no mundo. Casos que tramitam na justiça, mortes, violência física e verbal, posições preconceituosas de pessoas e instituições são tratadas nas matérias.

Cabe destacar que, dentro dessas quatro categorias principais, as notícias foram novamente divididas em subcategorias. Ao final do processo de categorização, três notícias de cada grupo principal – sendo uma representante de cada mês, totalizando 12 notícias – foram escolhidas para análise mais aprofundada do conteúdo.

Com este trabalho busca-se compreender os processos de representação do público-alvo do iGay – pessoas LGBT – a partir do trabalho jornalístico e de enquadramento da seção. Esses agrupamentos foram feitos com base no referencial teórico apresentado nos capítulos 2 e 3, tendo em vista as pautas usuais de ativismo LGBT no decorrer do tempo e do papel da imprensa de nicho para este público no Brasil desde suas primeiras aparições. Desta forma, conforme Bardin (1977), realiza-se um estudo sobre as significações oferecidas nas notícias, para compreender os conteúdos e temas presentes nesta produção.

A análise de conteúdo (AC), segundo Herscovitz (2010), é um dos métodos mais eficientes para se compreender certo período ou espaço da civilização. A partir dela, é possível aprender sobre critérios de noticiabilidade, modelos e tendências de cada época. Ao se analisar o material coletado, é possível “entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens” (SHOEMAKER & REESE *apud* HERSCOVITZ, 2010, p.124).

Sendo assim, pode-se afirmar que a AC é

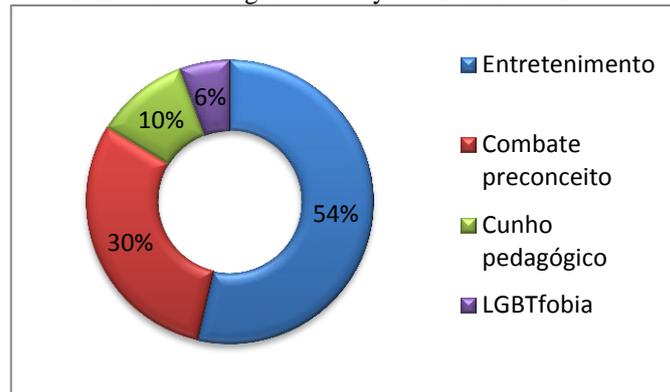
[...] um método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer interferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2010, p.126-127).

Ao se trabalhar com a AC é necessário estabelecer uma série de indicadores, dimensões e atributos para o material analisado. O iGay, apesar de carregar só uma das facetas do público LGBT em seu nome, se propõe, de acordo com a disposição de seu material e a descrição da Central do Anunciante do IG (ver nota 8), a apresentar “notícias, fotos e matérias voltadas ao estilo de vida, moda e comportamento LGBT, além de um guia com os melhores lugares, baladas e festas”. Nesta pesquisa, pretende-se mapear os principais temas abordados pela seção iGay e a sua relação com a diversidade sexual e de gênero apresentadas em sua descrição.

4.1.1 Recorrências temáticas e visibilidades

Após os três meses de coleta, identificou-se 123 postagens no total. Elas foram, inicialmente, divididas em quatro categorias de análise, de acordo com as recorrências temáticas, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Postagens do iGay – dezembro de 2014 e fevereiro de 2015



Fonte: O autor.

Do total de publicações analisadas, 66 correspondem a categoria de *Entretenimento* (54%), 37 apresentam conteúdo referente à *Combate ao preconceito* (30%), 13 enquadraram-se no viés de *Cunho pedagógico* (10%) e sete trouxeram casos de *LGBTfobia* (6%).

A categoria de *Entretenimento* não só representa mais da metade de todas as publicações feitas nos três meses analisados, como também tem um volume que é quase o dobro da segunda categoria mais recorrente (*Combate ao preconceito*). A preferência por postagens com temática cultural, presentes nesta categoria, se liga a estereótipos reforçados no imaginário sobre a homossexualidade masculina, associando-a principalmente ao bom gosto e ao estilo.

Por muito tempo, grande parte da sociedade tinha em seu imaginário a ideia de que os homossexuais eram pessoas mais refinadas, mais sensíveis, e estavam sempre ligados ao bom gosto e ao estilo. Crenças que eram fruto do preconceito e da intolerância. Tais características sempre foram, ao longo da história, atribuídas às mulheres, ao feminino. Desta forma, todo homem que fosse mais gentil ou demonstrasse sua sensibilidade era imediatamente visto como homossexual. (RODRIGUES, J., 2010, p.502).

Essa ideia é reiterada a partir da década de 1990, segundo Péret (2012, p.83), devido aos “novos significados para a noção de identidade e incorporou [...] novas formas de expressão e vivência da homossexualidade”. A população homossexual, a partir da produção de diversos produtos, programas e espaços específicos para ela, começa a representar economicamente um importante nicho de mercado. Com dados da São Paulo Turismo

(SPTuris), Péret (2012) relembra que a Parada Gay de São Paulo realizada em 2010 fez circular 188 milhões de reais, envolvendo gastos com alimentação, transporte, compras, entretenimento e hospedagem. Por esse motivo, “este nicho de mercado vem chamando mais e mais a atenção da grande mídia” (ASSUMPCÃO, 2004, p.136). Pesquisas realizadas pelo Mix Brasil (Mercado Mundo Mix) e pelo grupo L2 (Consumidor Saindo do Armário), apontam:

[...] o alto grau de escolaridade deste grupo [os homossexuais] e a perspectiva salarial 15% maior do que a dos demais trabalhadores. Sabe-se também que é um grupo de pessoas mais exigentes, com um estilo próprio e que têm um padrão de gastos acima da média. Por exemplo: gastam muito com carros, viagens, programas culturais, jantares em restaurantes, bons vinhos, roupas de grifes, livros, CD's, etc. [...] Outros fatos que chamam a atenção é este ser um público muito voltado ao lazer, entretenimento, cultura, moda e informação. Pesquisas indicam que 89% vão regularmente ao cinema e 60% frequentam muito teatro (40% é o índice entre o público heterossexual); 73% viajaram pelo Brasil a lazer nos últimos 12 meses, índice difícil de ser encontrado até em países mais avançados; 56% costumam comprar livros – nove livros nos últimos doze meses – e CD's, mais de 1 por mês (em média 13 em 6 meses) e têm o hábito de frequentar livrarias da moda; 57% costumam visitar regularmente museus e galerias. (ASSUMPCÃO, 2004, p.136-137).

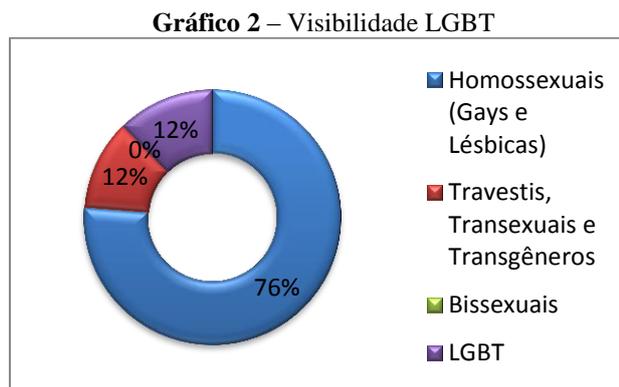
Esse perfil é construído fortemente apoiado no poder de compra da população LGBT, especialmente nos homens gays. Uma matéria publicada no dia 5 de abril de 2015 na seção de Economia do site O Globo, intitulada “Potencial de compras LGBT é estimado em R\$ 419 bilhões no Brasil”¹⁶, reforça e atualiza esta ideia, trazendo dados atuais e estimados sobre o potencial do segmento:

No Brasil, o potencial financeiro do segmento LGBT é estimado em US\$ 133 bilhões, o equivalente a R\$ 418,9 bilhões, ou 10% do PIB nacional (Produto Interno Bruto, total de bens e serviços produzidos no país), segundo a Out Leadership, associação internacional de empresas que desenvolve iniciativas para o público gay. Os números são subestimados, já que nenhum país inclui em seu censo estatísticas sobre a população homossexual. (O Globo, 05/04/2015, online).

Surge assim a denominação *pink money*, associada principalmente à população LGBT - mais especificamente aos homens gays. De origem norte-americana, o termo representa uma mudança significativa, consolidando o mercado voltado para este nicho que “passou a orientar e a fazer parte do cotidiano dos gays de classe média que viviam nas grandes cidades” (PÉRET, 2012, p.85). A recorrência de publicações de cunho cultural e de entretenimento no iGay reforça a ideia de produção voltada para apenas uma parcela do público-alvo, o que é comprovado também com outros recortes de análises propostos nesta pesquisa.

¹⁶ O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/potencial-de-compras-lgbt-estimado-em-419-bilhoes-no-brasil-15785227>> Acesso em: 17 de maio de 2015.

Para que fosse possível mapear e identificar a visibilidade dada à diversidade presente na população LGBT, o material também foi analisado a partir do sujeito em destaque em cada uma das postagens, a fim de entender como (e se) a pluralidade de vozes estaria presente no iGay. Além da categorização inicial, a pesquisa procura classificar o material referente aos três meses de coletas pelo viés da representatividade. As mesmas 123 notícias coletadas foram reagrupadas em quatro categorias, a partir da visibilidade que dão a cada “letra” da sigla LGBT¹⁷: *homossexuais*, trazendo as postagens voltadas apenas ao público gay e/ou lésbico (também separado para análise posteriormente); *bissexuais*, para publicações com material específico sobre bissexualidade; *trans*, com notícias que abordam exclusivamente o universo de transexuais e travestis (agrupadas aqui, pois a diferenciação, muitas vezes, não é feita pelo iGay); e *LGBT*, para as matérias que englobam duas ou mais das categorias anteriores. Ressalta-se que essas categorias foram criadas a partir das visibilidades presentes no material analisado. A divisão é apresentada no Gráfico 2.



Fonte: O autor.

Como expresso no Gráfico 2, apenas homossexuais representam $\frac{3}{4}$ do total de notícias analisadas, somando 93 publicações (76%); as postagens voltadas para pessoas trans e aquelas que envolvem toda ou boa parte da população LGBT, contabilizam 15 postagens (12%) cada. Já a categoria de bissexuais não conta com nenhuma publicação (0%), mostrando então a falta de representatividade bissexual fora de notícias que não envolvessem outras parcelas LGBT. É importante salientar que, em diversas ocasiões, a sigla LGBT é empregada como sinônimo para “gay”. Nestes casos, as notícias foram enquadradas na categoria *homossexual*. Como

¹⁷ A categorização foi feita levando-se em conta a sigla LGBT, ainda que entenda-se que haja uma diferença entre orientação sexual e identidade de gênero. Essa “mistura” entre orientação sexual (gays, lésbicas e bissexuais) e identidade de gênero (travestis, transexuais e transgêneros) provoca discussões internas no movimento e também uma série de equívocos na imprensa e até mesmo na legislação. Diante disso, o trabalho optou por classificar as visibilidades a partir das letras que compõe a sigla, por considerar que uma separação entre cis e trans não seria possível, visto que as publicações do iGay não contemplam esta diferenciação.

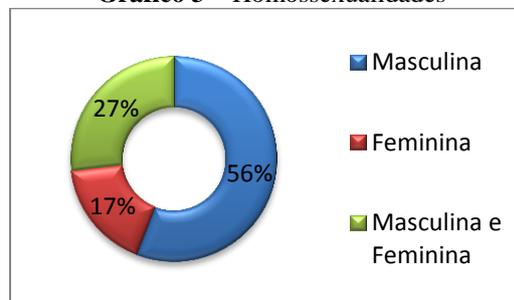
exemplo, pode-se citar a publicação do dia 3 de dezembro de 2014, intitulada “Brasileiro leva o universo LGBT para as histórias em quadrinhos”¹⁸. Enquanto o título fala sobre um “universo LGBT”, as tirinhas do projeto Torta de Climão¹⁹ mostram apenas personagens homossexuais (em sua maioria homens gays), destinando a mulheres lésbicas apenas papéis secundários. No texto da notícia isto é evidenciado:

O quadrinista, homossexual assumido, diz que a intenção do quadrinho não é contar a história dos personagens apenas de forma didática e inclusiva, mas também ilustrar situações do dia a dia que são *comuns aos homossexuais* de forma bem humorada e despreziosa, mas com bom gosto. (iGay, 03/12/2014, online, grifo meu).

Em alguns casos, notícias enquadradas na categoria *LGBT*, mesmo que envolvessem toda a população, priorizaram em sua construção uma dominância do homossexual em relação às outras minorias, seja no enquadramento da matéria, na escolha de cases ou de entrevistados. Um exemplo é a publicação “ONG cria programa para voluntários LGBTs: ‘Somos seres humanos querendo ajudar’”²⁰, feita em 12 de dezembro de 2014. Ainda que o programa apresentado, LGBT Volunteer Vacations, seja de fato voltado para todas as pessoas LGBT, apenas os gays são destacados de forma separada no texto.

Com a maioria esmagadora das postagens voltadas ao público homossexual, foi necessário realizar um novo recorte. Entre as 93 notícias voltadas apenas para gays e lésbicas, busca-se entender a representação das homossexualidades, dividindo-as, então, em três categorias: *masculina*, para postagens referentes apenas a homens gays, *feminina*, para publicações onde a protagonista é a mulher lésbica, e *masculina e feminina*, onde as postagens trariam informações que envolvem tanto homens quanto mulheres homossexuais, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Homossexualidades



Fonte: O autor.

¹⁸ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-03/brasileiro-leva-o-universo-lgbt-para-as-historias-em-quadrinhos.html>> Acesso em: 3 de dezembro de 2014.

¹⁹ IGAY. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tortadeclimaohq>> Acesso em: 17 de maio de 2015.

²⁰ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-12/ong-cria-programa-para-voluntarios-lgbts-somos-seres-humanos-querendo-ajudar.html>> Acesso em: 12 de dezembro de 2014.

A homossexualidade masculina representa mais da metade das 93 publicações referentes a homossexuais, com 52 notícias (56%). Já a homossexualidade feminina ganha protagonismo em apenas 16 entradas (17%), menos do que as postagens que envolvem homossexualidades masculinas e femininas de forma conjunta, que correspondem a 25 notícias (27%). Similarmente ao que acontece na categoria *LGBT*, no gráfico de visibilidades (Gráfico 2), muitas das notícias classificadas em *masculina e feminina* – por apresentarem assuntos relevantes a ambos, homens e mulheres homossexuais – privilegiam uma visão mais voltada para os homens do que para as mulheres. É o caso, por exemplo, da matéria publicada no dia 9 de dezembro de 2014. Com o título “Mesmo enfrentando preconceito, gays preferem se assumir no ambiente de trabalho”²¹, a publicação traz um tema importante não só para homossexuais, como para toda comunidade *LGBT*. Ainda que o subtítulo da notícia utilize a sigla “*LGBT*” novamente como sinônimo de “homossexual”, a matéria apresenta o assunto apenas pelo viés do homem gay, demarcado já no primeiro parágrafo:

Todo mundo sabe que *algumas profissões concentram maior quantidade de homossexuais, como estilistas, maquiadores ou cabeleireiros*. Isso porque, supostamente, esses ramos de trabalho acontecem em ambientes menos machistas e mais liberais. Isso significa que todo gay vai poder ser ele mesmo trabalhando em um desses lugares? Doce ilusão. (iGay, 09/12/2014, online, grifo meu).

Ao citar exemplos de profissões que concentrariam grande presença de homossexuais, são escolhidas carreiras que, segundo o senso comum, atraem um grande número de homens gays, e não mulheres lésbicas. No desenvolvimento do texto, três entrevistados apresentam o seu ponto de vista e experiências em comum. As áreas de atuação são diversas. Um é maquiador, figurinista e ilustrador, outro servidor público federal e o terceiro é professor. Todos, porém, possuem algo em comum: são homens. Não há espaço para nenhuma mulher falar sobre sua vivência. Caso parecido acontece na publicação do dia 4 de fevereiro de 2015, intitulada “Professor dos EUA conduz estudo para medir nível de stress de casal homossexual”²². O estudo sobre qual a matéria fala, desenvolvido por Allen LeBlanc, envolve pesquisa entre casais gays e lésbicos, como é salientado diversas vezes no texto do iGay. Uma galeria de fotos organizada para a matéria, mostrando casais homossexuais famosos, também conta com imagens de homens e mulheres. Porém, na única vez em que um exemplo – ainda que hipotético – é apresentado no texto do site, apenas a ideia do homem gay é empregada.

²¹ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-09/mesmo-enfrentando-preconceito-gays-preferem-se-assumir-no-ambiente-de-trabalho.html>> Acesso em: 9 de dezembro de 2014.

²² IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-02-04/professor-dos-eua-conduz-estudo-para-medir-nivel-de-stress-de-casal-homossexual.html>> Acesso em: 4 de fevereiro de 2015.

Um homem gay que esconde sua orientação sexual, por exemplo, sente um determinado nível de stress individual, provocado pelo medo de ser discriminado no seu local de trabalho ou rejeitado pela família. (iGay, 04/02/2015, online, grifo meu).

Como relatado no capítulo 3, o movimento LGBT, muitas vezes, acaba por refletir diversos privilégios existentes e reforçados pela heteronormatividade de forma macro na sociedade, causando a marginalização e a ausência de vivências plurais na produção de pautas tidas como “de interesse LGBT”. Algumas reivindicações e rupturas existentes hoje já estavam presentes desde o movimento homossexual da década de 1970, conforme sintetiza Louro:

Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. (LOURO, 2001, p.544).

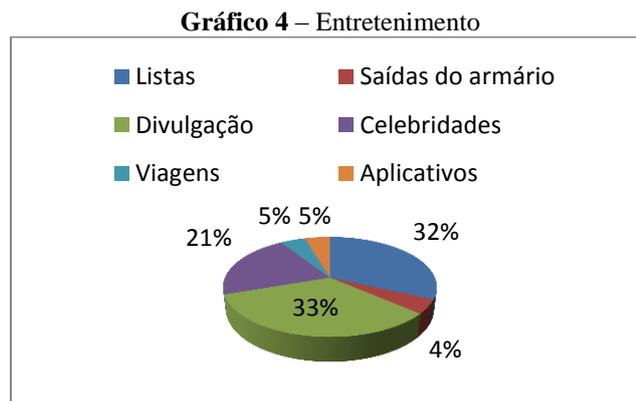
Feito o recorte de visibilidade e protagonismo nos três meses de material coletado, no capítulo que segue parte-se para a análise mais detalhada de cada uma das quatro categorias criadas inicialmente: *Entretenimento*, *Combate ao preconceito*, *Cunho pedagógico* e *LGBTfobia*.

4.2 Análise das categorias

Como dito anteriormente, das 123 postagens coletadas no iGay, foram escolhidas 12 publicações para análise mais aprofundada. As matérias mapeadas por mês e recorrência temática foram selecionadas procurando observar a sua representatividade no período e na categoria em que foram classificadas. Assim, o *corpus* constitui-se de uma notícia representante de cada uma das quatro categorias temáticas a cada mês do período analisado. A seguir apresentam-se as considerações gerais de cada uma das categorias, incluindo a apresentação de suas subcategorias, e a análise das 12 postagens indicadas.

4.2.1 Entretenimento

Esta categoria corresponde a 54% das postagens coletadas na subseção de notícias do iGay. As 66 notícias classificadas como “entretenimento” foram subdivididas em: *Listas* (21), criadas pelo site ou republicadas de outros sites, abordando geralmente assuntos ligados à beleza e estilo pessoal; *Saídas do armário* (3), onde são apresentadas personalidades que assumiram sua homossexualidade no período da matéria; *Divulgação* (22), matérias específicas sobre filmes, peças de teatro, livros, onde o importante é divulgar o material; *Celebridades* (14), com postagens referentes ao dia a dia de famosos LGBT ou ligados à comunidade; *Viagens* (3), matérias sobre turismo LGBT; e *Aplicativos* (3), com postagens abordando o uso de aplicativos de relacionamento. A disposição dessas subcategorias é apresentada no Gráfico 4.



Fonte: O autor.

Essa divisão em subcategorias pretende destacar os temas mais recorrentes das postagens classificadas como *Entretenimento*. A recorrência de três postagens que abordaram o turismo, na subcategoria *Viagens*, por exemplo, remete mais uma vez a ideia do público do site como nicho de mercado, devido ao seu possível poder de compra. Sempre com fotos de destinos paradisíacos e a promessa de hotéis “especializados” em atender pessoas LGBT – mesmo que a representação seja feita, em sua maioria, voltada à homossexualidade – deixa explícita a ideia de certa elitização do público. Outra subcategoria recorrente é a de *Saídas do armário*, que evidencia a homossexualidade de personalidades diversas, como atores/atrizes, cantores/cantoras, atletas, entre outros. O iGay demonstra dar atenção especial a casos de saídas do armário visto que, em boa parte das publicações presentes aqui, ao final da notícia é feito um resgate, apresentando outras pessoas famosas que também já assumiram sua homossexualidade publicamente.

Por sua vez, a subcategoria *Listas*, segunda maior dentro de *Entretenimento*, apresenta diversidade de temas: estilo de vida, dicas de beleza, seleção de casais famosos, pessoas mais bonitas, entre outros. Algumas listas não apresentam nenhuma ligação com as questões de identidade sexual ou de gênero, como na publicação do dia 20 de dezembro, “11 dicas para todo mundo sair maravilhoso nas fotos das festas de fim de ano”²³. Nesse caso, são descritas dicas genéricas, que reforçam estereótipos de beleza hegemônica como “deixar o rosto mais magro”, “afina o seu quadril”, “use a técnica do ‘braço magro’”, sem qualquer relação, seja nas imagens escolhidas ou no texto, a algo específico ou voltado apenas para a população LGBT.

Realizado o panorama geral da categoria *Entretenimento*, segue-se com as análises das três postagens escolhidas, dispostas aqui em ordem de data de publicação – dezembro, janeiro e fevereiro.

A) Postagem 1 – Dezembro

Figura 2 – Entretenimento – dezembro de 2014



Fonte: iGay.

Quadro 1 – Entretenimento – dezembro de 2014

Título: As mulheres que saíram do armário em 2014: atrizes, misses, atletas, roteirista²⁴

Data de publicação: 29 de dezembro de 2014

Síntese: O iGay apresenta uma lista de 12 mulheres, entre atletas, cantoras, atrizes e misses, que se assumiram lésbicas em 2014.

Fonte: O autor.

²³ IGAY. Disponível em <<http://igay.ig.com.br/2014-12-20/11-dicas-para-todo-mundo-sair-maravilhoso-nas-fotos-das-festas-de-fim-de-ano.html>> Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

²⁴ IGAY. Disponível em <<http://igay.ig.com.br/2014-12-29/as-mulheres-que-sairam-do-armario-em-2014-atrizes-misses-atleta-roteirista.html>> Acesso em: 29 de dezembro de 2014.

A publicação é feita em formato de *slideshow*, com 17 fotos de mulheres de diferentes perfis que “saíram do armário”. Entre elas: Kristen Kish, vencedora do reality show norte-americano Top Chef; Lauren Neidigh, nadadora da Universidade do Arizona; Ruby Rose, DJ e modelo australiana, que, na verdade, disse em entrevista que se identifica como gênero neutro; Patricia Yurena Rodríguez, Miss Espanha de 2008; Djuan Trent, Miss Estados Unidos de 2010; Monica Raymund, atriz, que disse ser bissexual; Samira Wiley, atriz; Lauren Morelli, roteirista; M.K. Nobilette, participante do American Idol; Emily Rios, atriz; Ellen Page, atriz; e Vicky Beeching, uma cantora gospel.

O interesse do iGay em trazer a tona as chamadas “saídas do armário” pode ser interpretado a partir do pensamento de Simões e Facchini (2009), que explicam a importância de se assumir como ato político, já que esses acontecimentos acabam desenvolvendo uma identidade homossexual. Com a presença de personalidades assumidamente lésbicas, como apresentadas na matéria, é possível se demarcar fronteiras para visibilidades futuras, oferecendo novas formas de representação contrapostas às ideias lesbofóbicas e estereotipadas. Ressalta-se que identidades comumente silenciadas, como a bissexual e a de gênero neutro, aparecem nesta publicação, mas contempladas em uma discussão que não leva em conta suas especificidades.

Louro (2001) também ressalta a relevância que “sair do armário” pode representar para o movimento:

O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. [...] para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se ‘assumissem’, isto é, revelasse seu ‘segredo’, tornando pública sua condição. (LOURO, 2001, p.543).

Assumir-se adquire um caráter fundamental de pertencimento à comunidade. A matéria destaca ainda que é “um ano de primeiras vezes”, já que nunca uma participante do American Idol (M.K. Nobilette), uma vencedora do Top Chef (Kristen Kish) ou uma Miss Estados Unidos (Djuan Trent) haviam se assumido lésbicas, reforçando a ideia de representatividade presente já na escolha dos perfis apresentados.

B) Postagem 2 – Janeiro

Figura 3 – Entretenimento – janeiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 2 – Entretenimento – janeiro de 2015

Título: Dia da Visibilidade Trans: as mulheres e os homens trans mais gatos do mundo²⁵

Data de publicação: 29 de janeiro de 2015

Síntese: Celebrando o Dia da Visibilidade Trans, o iGay faz uma lista com 23 homens e mulheres trans famosos considerados “os mais gatos”.

Fonte: O autor.

Construída novamente na forma de *slideshow*, a postagem se apresenta como uma celebração ao Dia da Visibilidade Trans, comemorado no Brasil em 29 de janeiro. São apresentados, por meio de 44 fotos, 23 homens e mulheres trans de todo o mundo, incluindo brasileiros e brasileiras. Entre as personalidades estão Laverne Cox, Isis King, Buck Angel, Ian Hervie, Carmen Carrera e Rocco Kayiatos. Observa-se que grande parte das pessoas que figuram a lista são modelos e, mais uma vez, alguns pontos do senso comum de beleza são destacados com expressões como: “seu corpo definido”, “muito gata”, “os músculos”.

Além disso, alguns dos textos informativos sobre cada personalidade são problemáticos no que se refere à identidade individual. Em alguns casos, o nome de batismo e fotos anteriores à transição complementam o texto do perfil. Berenice Bento (2003) aponta que, desde o nascimento, as pessoas carregam um conjunto de expectativas sobre seu comportamento com base apenas no sexo que é designado no nascimento. O uso e a divulgação de traços dessas identidades criadas para pessoas transexuais quando nascem, mesmo que elas já tenham assumido uma identidade com a qual, de fato, se identificam, tem o

²⁵ IGAY. Disponível em: < <http://igay.ig.com.br/2015-01-29/dia-da-visibilidade-trans-as-mulheres-e-os-homens-trans-mais-gatos-do-mundo.html> > Acesso em: 29 de janeiro de 2015.

papel de reafirmar o passado dessas pessoas, legitimando, de certa forma, a designação feita aos corpos de forma puramente médica e biológica. Nos textos de apresentação do atleta alemão Balian Buschbaum e da atriz e coreógrafa americana Candis Cayne, por exemplo, são introduzidos seus nomes de batismo, referentes ao gênero designado a ambos no seu nascimento, e não apenas ao nome escolhido para representação atual. Em outros casos, como o da modelo Amiyah Scott, do ativista Ryan Sallans, do fotógrafo Loren Rex Cameron, do ator Buck Angel e – mais uma vez – do atleta Balian Buschbaum, são colocadas ainda, lado a lado, fotos antigas e atuais de cada um deles, fazendo uma espécie de comparativo “antes e depois” do processo de transição.

C) Postagem 3 – Fevereiro

Figura 4 – Entretenimento – fevereiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 3 – Entretenimento – fevereiro de 2015

Título: *Você é twinkie ou lontra? Entenda as denominações para os tipos físicos dos gays*²⁶

Data de publicação: 12 de fevereiro de 2015

Síntese: A matéria faz a diferenciação de algumas denominações feitas para diferentes tipos físicos entre gays. Entre elas, “twinks”, “ursos”, “lontras”, “filhotes”, “lobos”, “jocks”, “bulls” e “chubs”.

Fonte: o autor.

Mais uma vez, a matéria é organizada em formato de *slideshow*. São apresentadas 11 fotos, usadas para apresentar oito diferentes denominações que definem gays por seu tipo físico. A publicação é voltada apenas para homens gays, mas nota-se a escolha de famosos heterossexuais para “explicar” algumas tipificações, como Justin Bieber, David Beckham e

²⁶ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-02-12/voce-e-twinkie-ou-lontra-entenda-as-denominacoes-para-os-tipos-fisicos-dos-gays.html>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

Joe Manganiello. Alguns dos exemplos dados são os “twinks”, descritos como “gays mais novos (ou que aparentam ter menos de 30 anos), magros e com nenhum ou pouco pelo no corpo”; “ursos”, ou “Homens com um biotipo maior, podendo ser musculosos ou mais gordinhos, e que não se depilam nem por decreto”; enquanto os “lobos” foram definidos como “são musculosos e gostam de manter a barba por fazer”.

Esse tipo de classificação e tipificação acaba por, de certa forma, reforçar uma diferenciação entre os homossexuais se baseando somente em suas características físicas. Procedimentos assim estão presentes na formação de identidades homossexuais há muito tempo, como evidenciam Simões & Facchini (2009). Os autores trazem a fala de Peter Fry, que indica a adoção de uma classificação de pessoas “bastante persistente e disseminada” (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.54) no Brasil. Essa classificação, entre tantos marcadores, é atravessada em parte, por uma hierarquia de gênero que

[...] distingue entre “homens”, socialmente masculinos e que desempenham o papel de “ativos” no ato sexual, isto é, são os que supostamente “penetram” mulheres; e outros homens, estes designados como “bichas”, ou “veados”. Seria possível conceber também uma versão desse modelo hierárquico com respeito às relações homossexuais femininas, com a figura de uma mulher que desempenha aspectos do papel masculino, designada como “sapatão”, “paraíba” ou “mulher-macho” que se relaciona com mulheres. Assim, na lógica desse modelo, a hierarquia de gênero, articulada a partir da oposição masculinidade/atividade sexual versus feminilidade/passividade sexual, englobaria de forma sistemática todas as categorias e identidades sexuais. Homens sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos. (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p.54).

Ainda que na postagem em questão a diferenciação entre ativo/passivo não seja evidenciada de forma explícita, ela está presente quando, ao se falar dos “lobos”, por exemplo, seja indicado que “quando o assunto é sexo, os lobos são menos 'papai e mamãe' e mais 'tiro, porrada e bomba’”. Outros marcadores são acionados, como idade, porte físico e pelos no corpo, mas, como evidenciado na própria publicação, o padrão de hierarquização de gênero está presente nessa divisão. Na explicação de “jock”, por exemplo, o texto do iGay explicita: “Esses são os gays que se encaixam perfeitamente no padrão de beleza que a sociedade heteronormativa impõe: musculosos, atléticos e com aparência bastante masculina”.

4.2.2 *Combate ao preconceito*

A categoria intitulada *Combate ao preconceito* corresponde a 30% das postagens coletadas na subseção de notícias do iGay no período da mostra. As 37 notícias classificadas

aqui foram subdivididas em: *Legislação e Política* (9), especificamente para matérias sobre medidas do governo e do judiciário para assegurar direitos para a comunidade LGBT; *Manifestações* (4), novidades sobre manifestações organizadas pela população LGBT para combater o preconceito; *Programas e campanhas* (10), com matérias sobre programas e campanhas contra o preconceito, organizadas e divulgadas por governos ou ONGs; e *Declarações e posicionamentos de marca* (14), publicações onde são apresentadas declarações de famosos sobre casos específicos de LGBTfobia e casos envolvendo marcas posicionadas a favor da comunidade LGBT e contra o preconceito. A disposição dessas subcategorias é apresentada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Combate ao preconceito



Fonte: O autor.

As publicações presentes nesta categoria fortalecem o movimento LGBT e dão maior visibilidade para suas principais lutas. Retratando o movimento e as pautas reivindicadas por ele, o iGay dá visibilidade para este material tornando-o acessível para um número maior de pessoas. Segundo Alsina (2009), A escolha por determinadas pautas ressalta a valorização de determinados fatos. Esta valorização se dá com a forma que o veículo jornalístico decide aquilo que vai noticiar. Neste caso, parece que o principal foco é a divulgação de programas de assistência, buscando informar a população LGBT sobre seus próprios direitos, além de um maior envolvimento político e social na luta contra o preconceito, já que “o reconhecimento de uma realidade pode aumentar o interesse por ela, e por conseguinte, o envolvimento do sujeito” (ALSINA, 2009, p.148-149).

A subcategoria denominada *Declarações e posicionamento de marcas* apresenta maior número de postagens voltadas especificamente para o combate ao preconceito. Este movimento de apoio ao público LGBT é apresentado por Péret (2012) como *gay friendly*, referindo-se ao

[...] comportamento tanto dos indivíduos (simpatizantes) como das instituições e empresas que demonstram atitudes de respeito à diversidade sexual, adotam posturas inclusivas, com ações que não excluem homossexuais e, ao contrário, se mostram receptivas a eles. (PÉRET, 2012, p.84).

O posicionamento de marcas e a inclusão de pessoas LGBT na publicidade se mostram como uma forma de reconhecimento da existência desse público, usualmente excluído dos espaços sociais, já que a publicidade “funciona como mecanismo de representação, ao mesmo tempo em que opera como constituidora de identidades culturais” (SABAT, 2001, p.9).

Realizado o panorama geral da categoria *Combate ao preconceito*, são apresentadas as análises das três postagens escolhidas.

A) Postagem 4 – Dezembro

Figura 5 – Combate ao preconceito – dezembro de 2014



Fonte: iGay.

Quadro 4 – Combate ao preconceito – dezembro de 2014

Título: Campanha ‘Nossa Família Existe’ pede mudanças no texto do Estatuto da Família²⁷

Data de publicação: 17 de dezembro de 2014

Síntese: A campanha Nossa Família Existe surge como pedido de mudança do texto do PL 6583/12, que institui o Estatuto da Família, que tramita no Congresso Nacional. O texto define família como núcleo formado por união entre homem e mulher, proibindo adoção de crianças por casais gays. Em parceria com o Mídia-Ninja, a Campanha Nacional de Apoio ao Casamento Civil Igualitário criou um documentário, apresentando diversas famílias com pais homossexuais.

Fonte: O autor.

O Estatuto da Família, abordado na publicação, é um projeto de lei bastante polêmico que envolve uma série de questões que passam, principalmente, pela heteronormatividade e a

²⁷ IGAY. Disponível em <<http://igay.ig.com.br/2014-12-17/campanha-nossa-familia-existe-pede-mudancas-no-texto-do-estatuto-da-familia.html>> Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

sua manutenção na sociedade. Neste caso, a norma é buscada através do campo político com um projeto que tenta instituir uma noção de família que vale apenas para casais heterossexuais. Sabat (2004), ao falar sobre a procura da norma no campo social, aponta a importância das diversas instituições de poder neste processo:

[...] ela [a ideia de norma] se define pela coerção que exerce nos campos sobre os quais é aplicada estabelecendo, assim, relação direta com o poder e sua legitimação [...] Michel Foucault (1999) argumenta que o século XVIII aperfeiçoou uma técnica geral de exercício do poder através de instituições diversas, técnica esta que comporta o dispositivo disciplinar cujo ponto culminante é a normalização. (SABAT, 2004, p.2).

A lei a ser votada pode ser classificada como dispositivo disciplinar, de acordo com Sabat (2004), a partir da leitura de Foucault. A denominação do termo “família” no Brasil seria limitada a heterossexuais, casados e com filhos, excluindo qualquer vivência que não se encaixe nesta definição. Ao falar sobre o projeto *#NossaFamiliaExiste*, proposto por pessoas pertencentes à famílias fora do padrão imposto pela PL, a matéria também questiona o teor de norma presente na lei:

A *#NossaFamiliaExiste* incentiva famílias compostas por *casais homoafetivos* - ou *qualquer família que fuja do 'padrão' de homem, mulher e filhos* - a postarem fotos nas redes sociais segurando um cartaz com a hashtag *#NossaFamiliaExiste* ao lado de árvores de Natal. (iGay, 17/12/2014, online, grifos meus).

Destaca-se também o emprego da palavra “homoafetivo” pela matéria em questão, amplamente usado ao se falar sobre questões que envolvam direitos de homossexuais. O termo, cunhado pela jurista Maria Berenice Dias, é problematizado por Costa e Nardi (2015), à medida que a luta por direitos é centrada em torno do “afeto”, excluindo outras vivências. “O casamento homoafetivo não é o casamento homossexual, ele é somente uma de suas formulações e não deve ser tomado como modelo universal” (COSTA & NARDI, 2015, p.147). Ainda assim, a matéria e o documentário em questão apresentam perspectivas que tentam desconstruir as ideias normativas propostas na PL, dando representatividade e legitimidade para as famílias entrevistadas.

B) Postagem 5 – Janeiro

Figura 6 – Combate ao preconceito – janeiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 5 – Combate ao preconceito – janeiro de 2015

Título: Travestis encaram seus medos para voltar para a escola e sair da rua²⁸

Data de publicação: 26 de janeiro de 2015

Síntese: O programa Transcidadania, da prefeitura de São Paulo, oferece bolsas de estudos para travestis e transexuais voltarem à escola (cursos técnicos e profissionalizantes) e aumentarem suas chances de conseguir emprego. O lançamento oficial do programa está previsto para o dia 29 de janeiro. As participantes realizam 30 horas semanais de atividades por um período de dois anos. As histórias de algumas participantes do programa são contadas na matéria, salientando a importância do programa.

Fonte: O autor.

Ao apresentar o programa Transcidadania, a notícia dá voz a três travestis: Ciara, Valéria Vogue e Cris. Traz também entrevistas com Alessandro Melchior, coordenador de políticas públicas para LGBTs da Prefeitura de São Paulo, e Rose Ribeiro, integrante do Centro de Combate à Homofobia da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade. Tanto nas falas das participantes do programa, quanto na de seus idealizadores, as dificuldades que travestis e transexuais enfrentam na escola são narradas. Os empecilhos são diversos e destacados no texto, desde falta de aceitação no âmbito familiar até o preconceito encontrado no ambiente escolar. Na fala de Ciara é possível perceber, inclusive, os problemas de compreensão de seus ex-colegas em relação a sua identidade de gênero:

"Todo mundo foi mudando em relação aos hormônios e eu parei no tempo. Fiquei pequenininha, a voz não engrossou, deixei meu cabelo crescer. Foi aí que algumas

²⁸ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-01-26/travestis-encaram-seus-medos-para-voltar-para-a-escola-e-sair-da-rua.html>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

crianças começaram a me atormentar, me chamavam *de boiola, de viado*", conta Ciara. (iGay, 26/01/2015, online, grifo meu).

Esta problemática se repete na escola, segundo Louro (2003), em parte devido aos mecanismos de hierarquização que operam de maneira bastante binária no ambiente escolar. Os polos de gênero – masculino e feminino – são reforçados com base em expectativas da sociedade em relação ao papel designado de forma biológica a homens e mulheres, delimitando seus espaços e negando a existência daqueles que fogem à norma.

[...] tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado — os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados (LOURO, 2003, p.67).

Esta falta de representatividade e silenciamento de travestis e transexuais no ambiente escolar aparecem também na fala de Valéria Vogue, ao relatar que desistiu de estudar por problemas com outros alunos. Ao excluir aqueles que não se encaixam no perfil heteronormativo esperado, a escola faz com que essas pessoas “só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 2003, p.68).

C) Postagem 6 – Fevereiro

Figura 7 – Combate ao preconceito – fevereiro 2015



Fonte: iGay.

Quadro 6 – Combate ao preconceito – fevereiro de 2015

Título: Anistia: Pressão político-religiosa sobre gays e aborto no Brasil preocupa²⁹

Data de publicação: 25 de fevereiro de 2015

Síntese: A edição de 2015 do "Estado dos Direitos Humanos no Mundo" critica o que, no entender da Anistia, é uma intensificação da pressão política e religiosa contra homossexuais no Brasil.

Fonte: O autor.

²⁹ IGAY. Disponível em: < <http://igay.ig.com.br/2015-02-25/anistia-pressao-politico-religiosa-sobre-gays-e-aborto-no-brasil-preocupa.html> > Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Semelhante à notícia analisada anteriormente, referente ao mês de dezembro desta mesma categoria, a publicação destaca como a doutrinação que exercem algumas instituições de poder no Brasil prejudicam o desenvolvimento de projetos voltados para a população LGBT. O relatório apresentado pela Anistia se preocupa com a visibilidade dada a políticos e outras pessoas que se posicionam contra a luta por direitos da população LGBT, como frisa o seguinte trecho:

A ONG expressou preocupação com o posicionamento público de figuras políticas e religiosas no Brasil em relação aos direitos da comunidade de LGBT, sobretudo o de autoridades com grande visibilidade, como congressistas. “É preocupante quando esses grupos conseguem bloquear avanços na legislação que ofereça mais proteção. O Brasil teve avanços, mas eles ocorreram nos tribunais”, completa Santoro. (iGay, 25/02/2015, online).

De acordo com a entrevista de Maurício Santoro, assessor de direitos humanos da Anistia no país, o posicionamento dessas pessoas, tendo em vista sua grande representatividade e visibilidade nacional, acabam ecoando e estabelecendo diversos padrões existentes na sociedade. Cria-se “uma imagem particular de sociedade que representa interesses de classe específicos como os interesses de todos os membros da sociedade” (HALL *et al.*, 1999, p.230). Os apontamentos da Anistia contra estes acontecimentos, no entanto, representam uma plataforma para que a problematização destas falas preconceituosas sejam feitas no âmbito jornalístico e, assim, a partir de seu papel “de despertar a consciência sobre as injustiças sociais” (ALSINA, 2009, p.230) ampliem-se as discussões sobre tais temas.

4.2.3 *Cunho pedagógico*

Esta categoria corresponde a 10% das postagens coletadas na subseção de notícias do iGay. As 13 postagens classificadas aqui foram subdivididas em: *Entrevistas* (7) onde o assunto é apresentado com base em entrevista com uma ou mais pessoas; e *Uso de dados* (6), para as matérias criadas a partir de dados de pesquisas. A disposição dessas subcategorias é apresentada no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Cunho pedagógico

Fonte: O autor.

Nas publicações classificadas em *Cunho Pedagógico*, o jornalismo assume explicitamente o conceito de “dispositivo pedagógico” da mídia, apresentado por Rosa Maria Bueno Fischer (1997, 2001). De acordo com a autora, “os meios de informação e comunicação constroem significados e atuam decisivamente na formação dos sujeitos sociais” (FISCHER, R., 1997, p.60). Esta noção é importante para entender que o jornalismo, como já discutido neste trabalho, ajuda na construção da realidade a partir da veiculação de notícias e informações diversas. As pautas e os enquadramentos escolhidos tem uma função ativa na produção de sujeitos e suas representações, assumindo papel pedagógico em sua construção. Assim, a mídia acaba por

[...] participar efetivamente da constituição de sujeitos e subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem. (FISCHER, R., 2001, p.153).

As matérias de *Cunho Pedagógico*, em geral, possuem textos mais longos e aprofundados do que aqueles observados nas demais categorias, propondo-se a “ensinar” aos leitores a respeito de temas do universo LGBT que recebem pouca visibilidade. Os recursos mais recorrentes no desenvolvimento das pautas são: o uso de dados de pesquisas, estudos científicos, estatísticas e entrevistas com pesquisadores e especialistas. Além disso, as matérias classificadas nesta categoria procuram dar voz a pessoas que usualmente são silenciadas.

Fischer (2001) acredita que a mídia tem a responsabilidade de nomear o diferente com base em seus modos de representação dos sujeitos:

[...] todas as questões em torno do tratamento das diferenças (de gênero, de etnia, de geração, de condição social, de profissão, etc.) estão sobretudo relacionadas a modos de representação, de enunciação, a formas de interpretação e de comunicação. Ou seja, há uma imensa responsabilidade dos meios de comunicação [...] que aqui nos

interessa, no que se refere aos modos de nomear os diferentes. [...] Em que medida todos esses diferentes são tratados como diferença a ser excluída ou normalizada; ou então, numa outra perspectiva: em que medida esses “outros” ganham visibilidade como diferença a ser reconhecida socialmente? (FISCHER, R., 2001, p.159).

Por esta perspectiva, é interessante destacar que mais da metade das publicações referentes a esta categoria foram realizadas com base em entrevistas (54%). A presença de vozes diversificadas na produção jornalística é bastante importante, pois abre espaço para que as próprias pessoas retratadas nas matérias contem suas histórias e tomem as rédeas dos modos de representação feitas sobre elas mesmas.

É apresentada, agora, a análise das três postagens escolhidas dentro da categoria *Cunho pedagógico*.

A) Postagem 7 – Dezembro

Figura 8 – Cunho pedagógico – dezembro de 2014



Fonte: iGay.

Quadro 7 – Cunho pedagógico – dezembro de 2014

Título: Rapper, pobre, negro e gay: “Sempre sofri discriminação no meu bairro”³⁰

Data de publicação: 23 de dezembro de 2014

Síntese: Entrevista exclusiva com Rico Dalasam, rapper gay de Taboão da Serra, São Paulo, onde o artista fala sobre os preconceitos que enfrenta na sociedade e no meio LGBT, por ser negro e da periferia.

Fonte: O autor.

Nesta publicação, o rapper Rico Dalasam conta sobre suas experiências de vida na periferia, desde seu primeiro contato com o rap até os dias de hoje. Os marcadores sociais de raça e de sexualidade são destacados já no título da entrevista. O espaço dado a essa multiplicidade de identidades é importante para que a fala e a luta de Dalasam ganhe

³⁰ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-23/rapper-pobre-negro-e-gay-sempr-sofri-discriminacao-no-meu-bairro.html>> Acesso em: 23 de dezembro de 2014.

representatividade na mídia, possibilitando o reconhecimento de pessoas com vivências semelhantes. O rapper mostra interesse em aproveitar a visibilidade proporcionada pela mídia para falar sobre suas vivências e, assim, fazer com que outros se sintam representados:

Hoje, aos 25 anos, Dalasam conta que um dos seus sonhos é tratar de suas experiências amorosas e relacionamentos por meio da música, e considera importante falar sobre diversidade sexual no Rap. [...] Apesar de ser o único rapper brasileiro assumidamente gay e de querer incluir os LGBTs nesse gênero de música, Dalasam almeja alcançar a todos os públicos. "Se essa moçada [gay da periferia] se identificar com a mensagem, será um grande encontro entre nós e poderemos fazer muito unindo nossas forças. Mas a ideia é fazer música boa que entre na casa de todo mundo", diz. (iGay, 23/12/2014, online).

Outro fator a ser ressaltado na delimitação desses marcadores sociais e de raça, apresentados tanto no título quanto no texto em si, é a importância da visibilidade dessa diversidade para o próprio público LGBT, muitas vezes focado apenas nos interesses brancos e de classe média do movimento. Como aponta Louro (2003), esses marcadores se relacionam entre si, produzindo novas pautas para luta do movimento, distintas das usuais:

Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem "camadas" que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo "somando-as" ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes "posições". (LOURO, 2003, p.51).

A questão da representatividade dada apenas a uma parcela do público LGBT – como já mencionado neste capítulo, no que se refere ao nicho de mercado e visibilidades presentes no iGay – acaba por gerar preconceito entre os membros da própria comunidade, como é trazido à tona também pelo rapper, ao contar experiências pessoais:

Apesar de falar abertamente sobre seus relacionamentos, o rapper confessa que *ainda existe muito preconceito dentro da própria comunidade LGBT, principalmente contra gays negros e da periferia*. "Em agosto estive em uma festa do orgulho negro gay em Nova York (EUA), o que despertou ainda mais meu questionamento sobre essa 'terceira divisão' de minorias. Eu já abordava esse assunto com um amigo daqui, negro e gay, sobre onde estariam os gays negros do Brasil, porque nas festas eram sempre os mesmos, que contávamos nos dedos", observa. (iGay, 23/12/2014, online, grifos do autor).

A própria comunidade LGBT, de acordo com a fala de Rico Dalasam, acaba excluindo os que não se encaixam em certos padrões sociais, raciais e de gênero, como já explicitado também no capítulo 3.

B) Postagem 8 – Janeiro

Figura 9 – Cunho pedagógico – janeiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 8 – Cunho pedagógico – janeiro de 2015

Título: “Me aceitar como trans foi processo lento. Ficava tentando me convencer de não”³¹

Data de publicação: 21 de janeiro de 2015

Síntese: Luc Athayde-Rizzaro, filho de Marcelo Tas, dá entrevista exclusiva ao iGay, onde fala sobre seu processo de aceitação, sua vivência como trans e seu trabalho nos Estados Unidos com Direitos Humanos.

Fonte: O autor.

A publicação em questão trata-se de uma entrevista apresentada no formato de perguntas e respostas, realizada pela repórter do iGay, Ana Ribeiro, com Luc Athayde-Rizzaro. O espaço destinado à fala do entrevistado é ainda maior do que no caso da entrevista com o rapper Rico Dalasam, abrindo espaço para que Luc consiga conduzir a conversa da forma que acha mais confortável para si mesmo e mais adequado para que as dúvidas acerca da vivência trans sejam tratadas de forma correta. O próprio título da matéria é uma citação direta de Luc.

Já no início da entrevista, a repórter afirma “ainda cometer erros” ao se referir a questões trans. Neste caso, é importante notar uma nova dinâmica no que se refere ao “dispositivo pedagógico da mídia” proposto por Fischer (1997, 2001). Aqui, este dispositivo atua de forma bastante explícita e específica, pois é a fala do entrevistado que ensina tanto o público que lê a entrevista quanto a jornalista, que se coloca no papel de aprendiz em relação ao tema. O papel de aprendizado adquire sentido literal no que tange as vivências e o espaço

³¹ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-01-21/me-aceitar-como-trans-foi-processo-lento-ficava-tentando-me-convencer-de-nao.html>> Acesso em: 21 de janeiro de 2015.

de visibilidade conferido as pessoas trans. Um exemplo é a resposta de Luc, ao ser abordado sobre o uso de hormônios:

Eu te respondo que não, não tomei e não pretendo tomar, mas acho essa pergunta interessante porque é *muito invasiva*, é o tipo de pergunta que deveria estar em todas as listas do que não perguntar para as pessoas trans. Eu não tenho o menor problema de falar que faço parte dos homens trans que não tomam hormônio, mas é o tipo de coisa que *a regra é: você perguntaria para uma pessoa que não é trans qual é a situação hormonal dela?* Então, a não ser que seja combinado que esse assunto será abordado, não deve ser. (iGay, 21/01/2015, online).

É importante salientar também a abertura dada pelo iGay para que este aprendizado aconteça. O formato da entrevista é propício para que o entrevistado garanta o seu lugar de fala e, como exemplificado, aponte correções quando julga necessário. A garantia desse espaço é essencial para que se dê voz às pessoas geralmente postas à margem da sociedade, já que “as ‘coisas ditas’ nesse lugar [...] têm um papel importante na constituição dos sujeitos sociais” (FISCHER, R., 1997, p.66).

Outra fala que se destaca durante a entrevista diz respeito à relação existente entre processos envolvendo pessoas trans e acompanhamento psicológico existente no Brasil:

Como no Brasil o acompanhamento psicológico é um pré-requisito para você fazer qualquer intervenção no seu corpo, muitas vezes a pessoa trans fica querendo dizer exatamente o que o terapeuta quer ouvir, sabe? Acaba não sendo um espaço para você, e sim uma obrigação. (iGay, 21/01/2015, online).

A ideia de patologização está ligada às questões que envolvem identidades sexuais e de gênero desde o século XIX, com o “surgimento” da homossexualidade, como dito no capítulo anterior. Porém, como aponta Luc, para a comunidade trans essa discussão ainda é constante. A necessidade de laudo psicológico para o processo de transgenitalização, por exemplo, faz com que pessoas trans tenham que, de certo modo, moldar sua própria identidade para enquadrá-la na expectativa médica, em geral, altamente normativa. A ativista afrotransfeminista Maria Clara Araújo (2015) também aponta para a importância da despatologização para garantir uma maior legitimidade às identidades trans.

Nós, pessoas trans, precisamos estar em constante embate para legitimar nossas identidades. Por mais que muitos usem o discurso da patologia para se construir enquanto trans, precisamos ver que esse discurso se tornou arma de terceiros para tentar nos provar, de forma pífia, que não somos assim e que tudo isso é por conta do transtorno que vivenciamos ao não nos vermos dentro das caixinhas que esperam que nós ocupemos. [...] A luta pela despatologização é pela autonomia. É por pautarmos, finalmente, que assumir sua transexualidade não é uma doença, mas sim uma transcendência. [...] É o sentimento de se sentir, finalmente, si mesmo. (ARAÚJO, 2015, online)

Ainda assim, a transgeneridade segue sendo enquadrada na Classificação Internacional de Doenças (CID) como um transtorno de identidade e comportamento. A Organização Mundial de Saúde tem mostrado esforço em não tratar mais a transgeneridade como uma patologia, estudando a sua requalificação na CID³².

C) Postagem 9 – Fevereiro

Figura 10 – Cunho pedagógico – fevereiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 9 – Cunho pedagógico – fevereiro de 2015

Título: “Fazer o teste de HIV é um ato de auto-conhecimento”, diz médico³³

Data de publicação: 3 de fevereiro de 2015

Síntese: Pegando o gancho de uma série norte-americana, *Looking*, onde os personagens principais são gays, o iGay entrevista um médico para falar sobre HIV e os riscos à saúde.

Fonte: O autor.

A matéria é construída a partir da entrevista com o médico Leandro Cesar da Silva e dados diversos sobre AIDS no Brasil. A doença, tão importante na estruturação do movimento homossexual (e, posteriormente, LGBT), tanto no Brasil quanto no mundo, ainda se mostra uma pauta relevante e necessária para canais de informações voltados para esta população. Ainda que, com a confirmação de seus primeiros casos, a AIDS tenha feito com que muitos dos grupos ativistas existentes na época tenham diminuído suas produções para imprensa gay, a mobilização começa a acontecer acerca da problemática da doença:

³² SAÚDE PLENA. Disponível em:

<http://sites.correioweb.com.br/app/50,114/2015/05/18/noticia_saudeplena,153345/oms-anuncia-que-deixara-de-considerar-transgeneridade-um-disturbio.shtml> Acesso em: 3 de junho de 2015.

³³ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-02-03/fazer-o-teste-de-hiv-e-um-ato-de-auto-conhecimento-diz-medico.html>> Acesso em: 3 de fevereiro de 2015.

O movimento gay passou então a se mobilizar contra a doença, considerando, como nunca, a homossexualidade um tema que precisava ser discutido abertamente pela sociedade. As campanhas do Ministério da Saúde [...] abordavam o sexo entre homens e reforçavam a importância do uso de preservativos nas relações sexuais, fossem elas hétero ou homossexuais. (PÉRET, 2012, p.67).

Os dados desconstroem o estigma mantido por muitos anos (e, como apresentado mais adiante, presente até os dias de hoje) referente à ligação direta feita entre o vírus HIV e pessoas LGBT. Essa desconstrução acontece, porém, de forma que os leitores saibam sobre os riscos de transmissão da doença para todos. É feita a menção da categoria “homens que fazem sexo como homens” (denominação presente no texto e em boa parte das campanhas institucionais) na “população-chave” da AIDS, que engloba partes da população que apresentam altos índices de novos casos. A antiga terminologia “grupo de risco”, utilizada como forma de discriminação, não é mais empregada.

Com o gancho da série *Looking*³⁴, a matéria trata da preocupação constante com a doença entre algumas pessoas, a transmissão para além de orientações sexuais ou identidades de gênero (com atenção especial para o homem gay):

No entanto, ser um homem gay não implica que você precisa ficar *mais preocupado no momento de se relacionar com alguém* do que uma pessoa heterossexual. “O sexo com preservativo é sempre seguro, desde que usado corretamente, independente de o indivíduo pertencer à população-chave”, conta Silva. (iGay, 03/02/2015, online, grifos meus).

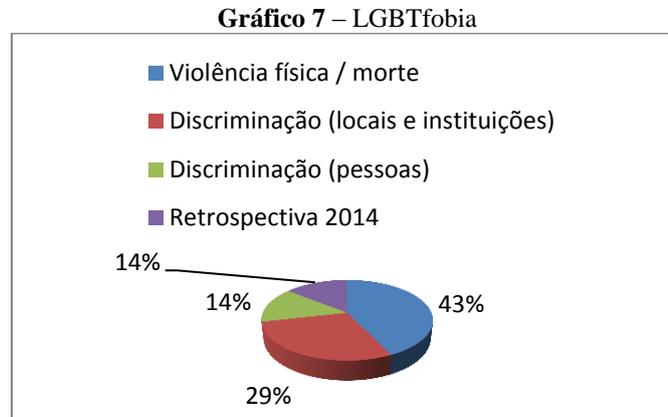
A parte final da matéria se propõe a oferecer uma série de dicas sobre a AIDS, com diversas recomendações desde a prevenção, o que fazer a partir do diagnóstico positivo e melhores maneiras de tratamento, salientando sua importância.

4.2.4 LGBTfobia

Esta categoria corresponde a 6% das postagens coletadas na subseção de notícias do iGay. As sete postagens classificadas aqui foram subdivididas em: *Violência física / morte* (3), reunindo casos de pessoas LGBT que passaram por alguma violência física ou homicídio; *Discriminação (locais e instituições)* (2), que traz casos de posições preconceituosas de instituições e locais, como restaurantes; *Discriminação (pessoas)* (1), apresentando declarações homofóbicas vindas de pessoas específicas, geralmente famosas; e *Retrospectiva*

³⁴ Série norte-americana da HBO que retrata a vida de três personagens gays em São Francisco. No ar entre 2014 e 2015, com duas temporadas.

2014 (1), que se refere especificamente a uma matéria de retrospectiva sobre casos de preconceito. A disposição dessas subcategorias é apresentada no Gráfico 7.



Fonte: O autor.

Ainda que, conforme relatório 2013/2014 apresentado Grupo Gay da Bahia³⁵, ocorra uma morte LGBT a cada 28 horas (ver nota 5), esta é a categoria com menor número de postagens no período analisado. A falta de informação e divulgação sobre casos extremos de violência e mortes da população LGBT se repete também na mídia tradicional, mantida a partir da ótica daquilo que Hall *et al.* (1999) caracteriza como o “cidadão comum” e seus valores. A divulgação desses acontecimentos em um espaço jornalístico de nicho, como é o caso do iGay, nos parece essencial para lançar luz sobre o preconceito encarado nos mais diversos níveis pela população LGBT diariamente, já que, como aponta Alsina (2009, p.129), “o acontecimento aproxima a história do indivíduo. [...] o que não aparece na mídia não existe para muita gente. A mídia faz visíveis os fatos [...] a mídia também aproxima o indivíduo da realidade de uma forma especial”.

Dados referentes à visibilidade da população LGBT são colocados em relevo nas publicações desta categoria. As seis notícias aqui presentes – deixando de fora, assim, a matéria de retrospectiva, que reúne 30 acontecimentos diferentes – abordam casos de homofobia, ou seja, o preconceito contra homossexuais. Mais uma vez, o protagonismo da homossexualidade em relação a outras vivências constituintes do movimento LGBT se destaca, visto que nenhum caso de transfobia é abordado no período da análise. Importa destacar que, de acordo com uma matéria transmitida pela Rádio EBC no dia 16 de maio de 2014, 40% dos assassinatos a travestis e transexuais ocorridos em 2013 aconteceram no

³⁵ “O Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil.” GGB. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/ggb.html>> Acesso em: 29 de maio de 2015.

Brasil³⁶. Após o panorama geral da categoria *LGBTfobia*, segue a análise das três postagens escolhidas.

A) Postagem 10 – Dezembro

Figura 11 – LGBTfobia – dezembro de 2014



Fonte: iGay.

Quadro 10 – LGBTfobia – dezembro de 2014

Título: Pastor: “Se gays forem mortos, mundo estará livre da AIDS até o Natal”. Assista³⁷

Data de publicação: 4 de dezembro de 2014

Síntese: Repercussão do vídeo do pastor norte-americano Steven Anderson. No vídeo, o pastor fala sobre o Dia Mundial da AIDS (1º de dezembro), ligando a doença estritamente aos gays e oferecendo a cura da AIDS: matar todos os homossexuais.

Fonte: O autor.

Mais uma vez, é reforçada a ligação entre AIDS e a identidade LGBT. Enquanto a matéria “Fazer o teste de HIV é um ato de autoconhecimento”, diz médico”, analisada na seção anterior, classificada na categoria *Cunho pedagógico*, reconhece a importância das campanhas e cuidados voltados para os homossexuais e pessoas trans, aqui é apresentada a culpabilização de gays (conforme fala do Pastor) na disseminação da doença.

Como tratado por Traquina (2001), falas assim acabam por “reduzir” a problemática do HIV a uma “estória” gay, criando um estereótipo que faz a ligação direta entre pessoas homossexuais e a doença. No caso desta notícia, o pastor toma como base as campanhas realizadas no mês de dezembro, pelo Dia Mundial da AIDS (1º de dezembro), que costumam reforçar, justamente, o perigo que todas as pessoas correm, não só pessoas LGBT. Cabe destacar que, de acordo com os dados publicados em O Globo³⁸ em 5 de março de 2014, por

³⁶ EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/homofobia-gera-um-assassinato-a-cada-28-horas-no-brasil>> Acesso em: 29 de maio de 2015.

³⁷ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-04/pastor-diz-que-se-gays-forem-mortos-mundo-estara-livre-da-aids-ate-o-natal.html>> Acesso em: 4 de dezembro de 2014.

³⁸ O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/virus-hiv-infecta-mais-grupo-dos-heterossexuais-diz-estudo-11785561>> Acesso em: 30 de maio de 2015.

exemplo, em 2012, 67,5% dos novos casos da doença advinham de pessoas heterossexuais, sendo, em sua maioria, mulheres. Para dar base a sua crítica e à “solução” de matar homossexuais, o pastor utiliza passagens da Bíblia, reforçando o papel da igreja como uma forte instituição de poder na busca e na divulgação da normalização da sociedade a partir de interesses próprios (HALL *et al.*, 1999).

B) Postagem 11 – Janeiro

Figura 12 – LGBTfobia – janeiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 11 – LGBTfobia – janeiro de 2015

Título: Comediante Billy Crystal sobre gays na TV: “Não esfreguem na nossa cara”³⁹

Data de publicação: 20 de janeiro de 2015

Síntese: O comediante Billy Crystal, conhecido como um dos primeiros a interpretar um personagem gay em um seriado nos EUA, falou sobre a inclusão de homossexuais na televisão. Para ele, as tramas que envolvem personagens gays “vão longe demais”.

Fonte: O autor.

A matéria traz uma declaração de Billy Crystal, ator norte-americano, sobre a visibilidade dada a personagens homossexuais em programas de televisão. Seu posicionamento é bastante ancorado no senso comum, tendo em vista o aumento gradual da presença de gays e lésbicas nos enredos de séries, filmes e, aqui no Brasil, também em novelas. O beijo entre duas mulheres mais velhas no primeiro episódio da novela das nove da Globo, *Babilônia*, causou polêmica semelhante entre os brasileiros, com diversos telespectadores classificando a cena como algo extremo para ser transmitido na televisão⁴⁰.

³⁹ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-01-20/comediante-billy-crystal-sobre-gays-na-tv-nao-esfreguem-na-nossa-cara.html>> Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

⁴⁰ EXTRA. Disponível em: <<http://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/de-frente-para-tv-beijo-gay-em-babilonia-causa-polemica-15653284.html>> Acesso em: 30 de maio de 2015.

Em sua fala, Billy Crystal se mostra preocupado com o “exagero” de cenas que envolvem personagens gays:

"Às vezes eu penso, 'Ah, isso é muito para mim'", falou o ator [...] o comediante afirma que os roteiristas estão exagerando nas cenas gays. "Às vezes, eles estão indo longe demais para o meu gosto, mas não vou revelar quais (programas) são esses", contou. (iGay, 20/01/2015, online).

Pensamentos assim estão diretamente ligados à heteronormatividade vigente na sociedade, pois não aceitam formas de vivência que divergem do que é lido como “normal”. Esta preocupação com as representações de homossexualidade na televisão relaciona-se com o primeiro mito sobre gênero e sexualidade sublinhado por Britzman (1996, p.79-80):

[...] para um número significativo de heterossexuais que imaginam sua identidade sexual como “normal” e “natural”, existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de “recrutar” jovens inocentes.

O processo de visibilização desta diversidade a partir da mídia é, no entanto, muito importante para que se apresentem identidades culturais baseadas em pessoas fora da norma imposta, já que esta construção se dá a partir da representação, como aponta Sabat (2001).

C) Postagem 12 – Fevereiro

Figura 13 – LGBTfobia – fevereiro de 2015



Fonte: iGay.

Quadro 12 – LGBTfobia – fevereiro de 2015

Título: Estado Islâmico joga homem do alto de prédio por ser gay⁴¹

Data de publicação: 3 de fevereiro de 2015

⁴¹ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-02-03/estado-islamico-joga-homem-do-alto-de-predio-por-ser-gay.html>> Acesso em: 3 de fevereiro de 2015.

Síntese: Um homem de olhos vendados foi jogado do alto de um prédio em Tal Abyad, na Síria, pelo grupo terrorista Estado Islâmico. O homem era “acusado” de ser gay.

Fonte: O autor.

O caso exposto nesta publicação também apresenta, em nível extremo, a busca pela norma. O texto explica que a vítima sobreviveu à queda do sétimo andar do prédio, mas foi apedrejada até a morte por um grupo de pessoas que assistia sua execução. É ressaltado também que este não é o primeiro vídeo divulgado pelo grupo terrorista Estado Islâmico em que gays são atirados de prédios. Um trecho de nota divulgada pelo grupo é reproduzido pela notícia, afirmando que "A corte islâmica de Wilayet al-Furat decidiu que um homem que pratica sodomia deve ser jogado do ponto mais alto da cidade".

As relações de poder, apontadas como essenciais por Louro (2003) para a construção do que pode ser considerado “normal” em uma sociedade, é explicitada nas ações do Estado Islâmico, já que o vídeo em questão foi divulgado por eles mesmos. O grupo, tendo força suficiente para ditar regras que dizem respeito ao comportamento das pessoas daquela região, apresenta no vídeo uma de suas formas de adequação daqueles que estão fora da norma imposta por eles. A divulgação desse tipo de imagens serve não só como “punição” para a vítima em questão, mas também como “aviso” para que outras pessoas – homossexuais ou não – entendam as consequências estipuladas pelo Estado Islâmico àqueles que ousam desviar da heteronormatividade imposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi realizada partindo-se da ideia de jornalismo como um local propício para que identidades LGBT sejam construídas e reforçadas de modo constante. O objetivo do trabalho foi problematizar as pautas e representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em circulação nas notícias da seção iGay, do IG, pensando na pluralidade de identidades e sexualidades. A partir da observação de notícias publicadas em um tempo determinado, os principais temas e a visibilidade dada às diferentes vivências presentes no movimento foram analisados.

A conceituação de termos como gênero e sexualidade foi apresentada a partir da perspectiva feminista pós-estruturalista e dos estudos *queer*. Sendo as identidades de gênero e de sexualidade voláteis, construídas e atualizadas na convivência em sociedade (LOURO, 2003), busca-se entender o papel das publicações do iGay, como canal voltado especificamente para o público LGBT, na constituição de representações de tais categorias identitárias. A influência dos discursos normatizadores e da heteronormatividade (BRITZMAN, 1996; SWAIN, 2001; LOURO, 2003) também são levados em conta, ao se pensar nos modos como essas ideias são naturalizadas no discurso jornalístico. Essa constituição de normas leva à “criação” de novas denominações para aspectos de identidades presentes na sociedade que pudessem desviar, de alguma forma, dos diversos marcadores heteronormativos (SCOTT, 1995; WEEKS, 2010). A conceituação desses “desviantes” é feita com base nas relações existentes entre identidade e diferença, onde a identidade é constituída tendo em vista a diferença e vice-versa (SILVA, T., 2014; HALL, 2014), sendo constantemente atualizadas.

A reafirmação de uma norma heterossexual, masculina, branca e de classe média é realizada, principalmente, a partir de relações de poder. O jornalismo, como apresentado aqui, é influenciado de forma direta por essas relações (HALL *et al.*, 1999). Com base nas teorias construtivistas, leva-se em conta o papel que o jornalista tem na escolha dos acontecimentos que se tornarão notícia e, ainda, nos enquadramentos usados nesse processo (ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2001; FRANCISCATO, 2005; GOMIS, 2004). Nessa direção, é possível sublinhar o papel social do jornalismo como produtor e disseminador de certas interpretações e representações da realidade.

Uma perspectiva histórica do movimento LGBT (SIMÕES e FACCHINI, 2009) se fez necessária, também, para que fosse possível entender o desenvolvimento das articulações

desenvolvidas por essas minorias no Brasil e no mundo com o passar dos anos: suas principais reivindicações, formas de organização e luta, e até mesmo as suas disputas internas (LOURO, 2001). Paralelo a isso, a “imprensa gay” brasileira é revisitada (PÉRET, 2012), a fim de perceber como as pautas e posições dos movimentos de luta se relacionaram com o jornalismo de nicho, criado em um contexto de resistência à Ditadura Militar e como forma primária de expressão para que as minorias pudessem ter alguma voz. Esse resgate se mostrou importante na retomada dos principais assuntos tratados por essa imprensa historicamente.

Como metodologia de pesquisa empregou-se a Análise de Conteúdo, de forma a definir o *corpus* do trabalho: dentro da aba “Notícias” do iGay, foram coletadas todas as publicações realizadas durante três meses (dezembro de 2014 e janeiro e fevereiro de 2015). Considerando que o iGay se propõe a tratar de assuntos que sejam de interesse da comunidade LGBT como um todo, buscou-se analisar as representações presentes nas pautas escolhidas. No total, foram mapeadas 123 postagens de duas formas diferentes: utilizando-se categorias temáticas, agrupando as publicações a partir de seus temas mais recorrentes; e baseando-se na visibilidade dada às diversas identidades presentes no universo LGBT. Reitera-se aqui a escolha por realizar as categorizações a partir das visibilidades presentes no material analisado, ainda que se tenha compreensão de que o ideal seria realizar uma distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. Percebe-se que essa discussão ainda é muito incipiente e que não seria possível, dada a natureza das publicações, realizar essa divisão. Assim, ainda que essa “mistura” apresentada pela sigla LGBT seja motivo de discussões e possa ser problematizada, fez-se a escolha de realizar as categorizações a partir dela, por entender que estaria de acordo com o material empírico.

Verificou-se a partir da mostra que 76% das publicações analisadas contemplam estritamente a homossexualidade. Esse percentual se torna ainda mais surpreendente se considerarmos que as publicações que se referem a pessoas trans e o público LGBT como um todo somam apenas 12% cada. Não foram encontradas notícias que abordassem especificamente a identidade bissexual. Mais do que isso, identificou-se a recorrência de utilização da sigla “LGBT” como sinônimo de “gay”, privilegiando uma ótica total ou parcialmente homossexual para pautas que pretensamente abordariam interesses LGBT como um todo.

Tendo em vista esse grande número de publicações voltadas para o público homossexual, uma nova divisão foi realizada a fim de entender quais homossexualidades estariam em destaque. Do total de 93 notícias categorizadas, 56% se referiam a representações

da homossexualidade masculina, enquanto a feminina é protagonista em apenas 17% das entradas. Os casos em que tanto gays quanto lésbicas eram contemplados na mesma notícia representam 27% deste número.

Pode-se afirmar que o homem homossexual é apresentado como principal foco do iGay, seja de forma direta – como nas postagens categorizadas em *homossexualidade masculina* –, ou indireta – quando as notícias, mesmo que envolvendo diversos assuntos, são reduzidas à visão masculina e homossexual, desconsiderando outras vivências ou deslocando-as para um papel secundário. É possível identificar a hierarquização presente dentro do movimento LGBT sendo reproduzida nas pautas e abordagens da seção (LOURO, 2001). Assim como na sociedade de maneira mais ampla, o privilégio masculino silencia ou invisibiliza outras pautas dentro da seção notícias do iGay.

No âmbito das categorias temáticas, as notícias classificadas como *Entretenimento* somaram 54% das publicações, enquanto aquelas pertencentes ao grupo *Combate ao preconceito* corresponderam a 30%, *Cunho pedagógico* 10% e *LGBTfobia* apenas 6%.

As categorias de *Combate ao preconceito* e *LGBTfobia* representam um importante fortalecimento do movimento LGBT (ainda que dominadas pela ótica homossexual masculina). Casos de violência verbal e/ou física entram em pauta e tornam-se visíveis por meio destas notícias. As publicações abrem espaço para discursos contra atos de violência, abordam programas e políticas específicas para pessoas LGBT, fortalecendo, politizando e ensinando os leitores sobre seus direitos e formas de buscar assistência.

Já a categoria de *Entretenimento*, que reuniu mais da metade das publicações analisadas, representa essencialmente o reforço das ideias estereotipadas sobre a homossexualidade masculina, ligadas principalmente ao “bom gosto” e ao “alto nível intelectual e cultural” (RODRIGUES, J., 2010), além de padrões estéticos e sociais valorizados na sociedade. Tais percepções acabam por elitizar o movimento, diminuindo a representatividade daqueles que fogem desta norma. Por outro lado, as publicações categorizadas em *Cunho pedagógico* buscam desconstruir essa hegemonia, ao abrir espaço para assuntos que normalmente não recebem atenção da mídia tradicional. Construídas majoritariamente em cima de entrevistas, as postagens dessa categoria surgem para dar voz às pessoas com vivências que usualmente são esquecidas ou pouco visibilizadas. Foi essa categoria que reuniu o maior número de postagens relacionadas a travestis e transexuais,

desmistificando assuntos relacionados a identidades de gênero⁴², como o 1º Encontro Nacional de Homens Trans⁴³.

Como afirma Péret (2012), a produção jornalística com foco na diversidade acaba refletindo a ideologia sobre as diferentes identidades sexuais e de gênero de cada época. Os dados analisados nesta monografia apontam para o jornalismo ainda como um espaço altamente normatizador, que privilegia algumas parcelas da sociedade, mesmo se tratando de minorias. Ainda que direcionado para o público LGBT, foi possível identificar, por meio das análises, uma hierarquização nas representações veiculadas. Boa parte de notícias analisadas trouxeram, em diferentes níveis, uma série de padronizações e hierarquias, usualmente reverberadas da mídia tradicional, além de ideias heteronormativas de poder, mantendo marginalizados aqueles que, de alguma forma, não se adequam aos modelos representados de forma majoritária. Apesar disso, o iGay configura-se como importante espaço para a difusão de questionamentos, esclarecimentos e pautas do movimento LGBT, especialmente levando-se em conta sua inserção dentro de um grande portal, como o IG. As minorias recebem espaço de visibilidade dificilmente alcançado em outros canais jornalísticos.

⁴² IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-04/mitos-sobre-transexuais-esclareca-as-duvidas-sobre-quem-nasceu-no-corpo-errado.html>> Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

⁴³ IGAY. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-02-23/encontro-de-homens-trans-possibilita-troca-de-experiencias-e-gera-visibilidade.html>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Carolina Maia de. **Jornalismo e identidades coletivas**: representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no portal Mix Brasil. 139 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/37584>> Acesso em: 2 de setembro de 2014.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARAÚJO, Maria Clara. “Despatologizando identidades trans”. In: **Revista Capitolina**, edição 12, março de 2015, online. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/despatologizando-identidades-trans>> Acesso em: 6 de julho de 2015.
- ASSUMPCÃO, Ronald. Na mira do Mercado. In: RIOS, Luís Felipe *et al.* (org.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2010.
- BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. In: **Revista Labrys - estudos feministas**, número 4, agosto / dezembro 2003, online. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>> Acesso em: 24 de maio de 2015.
- BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo. In: **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1. Porto Alegre, jan./jul, 1996.
- CANAVILHAS, João. El periodismo en los tiempos de un nuevo ecosistema mediático: propuestas para la enseñanza superior. In: **Historia y Comunicación Social**, vol. 18 n. Especial Noviembre, 2013.
- COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p.137-150, jan-abr 2015.
- FISHER, André. A influência da mídia na formação da identidade homossexual brasileira. In: RIOS, Luís Felipe *et al.* (org.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1. São Paulo, jan./jun., 2001.
- _____. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997, p. 59-79.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A Fabricação do Presente**. São Cristovão: Editora da UFS, 2005.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. In: **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis: Insular, vol.1, n.1, abril, 2004.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Voz da diversidade**: Os discursos da imprensa homossexual no Brasil. São Paulo, 2011. Disponível em:
<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0851-1.pdf>>
Acesso: 21 de setembro de 2014.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. In: **Antropologia em 1a mão**, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n.2, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 11ª ed., 2011.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 15ª edição, 2014.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos mídias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa, Vega, 2ª ed., 1999.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. (org.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 9, p.541-553, fev. 2001.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web**: Uma contribuição para estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação na UFBA. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003. Disponível em: <<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Luciana-Mielniczuk.pdf>> Acesso em: 8 de abril de 2015.

PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

PINHO, J.B. **Jornalismo na internet**: planejamento e produção da informação on-line. São Paulo: Summus, 2003.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo on-line**: modos de fazer. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Editora Sulina, 2009.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade**: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/39/Documentos/impressoes_de_identidade.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2014.

SABAT, Ruth. **Educar para a sexualidade normal**. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPEd (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GE Gênero, Sexualidade e Educação. Caxambu (MG): 2004. Acesso em:

<<http://www.anped.org.br/reunioes/27/ge23/t2311.pdf>> Acesso em: 21 de maio de 2015.

_____. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 9-21, 2º sem 2001.

SANTOS, Joseylson Fagner dos. **Corpo e Sentimento**: 46 anos de imprensa gay no Brasil. Natal, 2009. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/santos-joseylson-veloso-maria-corpo-e-sentimento.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, 1995.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: Modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 15ª ed., 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SWAIN, Tânia Navarro. Para além do binário: os queers e o heterogênero. In: **Gênero**, Niterói, v.2, n.1, p. 87-98, 2º sem 2001.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed., 2010.